

**MARIA CRISTINA MENDES TAVARES**

*EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE (1985- 2005)*

LICENCIATURA EM GESTÃO E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (UniCV), 2010

**MARIA CRISTINA MENDES TAVARES**

*EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE*  
*(1985- 2005)*

Trabalho Científico apresentado na Universidade de Cabo Verde, para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação, sob a orientação do **Doutor António Germano Lima**.

Trabalho Científico apresentado na Universidade de Cabo Verde, para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação, aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Conselho Científico.

**O Júri**

---

---

---

Uni-CV, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus a minha Filha e a minha Mãe pela força e coragem, dado ao longo dessa caminhada estando sempre do meu lado.

Um trabalho dessa natureza e de tamanha envergadura acarreta sempre um conjunto de dúvida de gratidão, e este não foge a regra. São muitas individualidades e Instituições que merecem os nossos agradecimentos com certeza.

Um agradecimento exclusivo ao meu orientador António Germano Lima pela força dada desde o início desta caminhada fazendo com que o mesmo pudesse ser representado o mais correcto possível.

Os nossos agradecimentos são estendidos aos Professores pela transmissão do conhecimento, aproveito para agradecer às pessoas que mostraram disponíveis para responder-me as entrevistas, e aos colegas (em especial, o Iderlindo) pela preciosa ajuda ao longo da recolha do campo.

A todos os verdadeiros amigos que estiveram sempre disposto a nos ajudar tanto material como moralmente e a todos um muitíssimo obrigado.

## **Pensamento**

*“...aos nossos professores peço que:  
Ensinem aquilo que são e só depois aquilo que sabem.  
Porque os alunos, em muito pouco tempo,  
Sabem o que o professor sabe.  
Podem é nunca saber o que o professor é.”*

*José dos Santos Henriques*



## INDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1-ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	12
1.2- ASPECTOS SÓCIO – ECONÓMICOS	14
1.3- ASPECTOS POLÍTICOS	16
1.4- SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO (SITUAÇÃO ACTUAL)	17
1.5- EVOLUÇÃO DO SUBSISTEMA ENSINO SUPERIOR	18
1.6 DESAFIOS ACTUAIS DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE	20
<b>CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>22</b>
2.1 CONCEITO DO ENSINO SUPERIOR	22
2.2- IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR	23
2.4- EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	27
2.5 CONCEITO DE UNIVERSIDADE	29
2.5.1 O ENSINO SUPERIOR E A VISÃO UNIVERSITÁRIA	30
2.5.2- A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR	31
2.5.3 - NORMAS RELATIVAS AO SUBSISTEMA – ENSINO SUPERIOR E À UNIVERSIDADE PÚBLICA	34
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA</b>	<b>36</b>
3. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	37
4 - A VISÃO DOS ACTORES	39
5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO QUADRO Nº 3	40
<b>6. CONSTRANGIMENTOS ENFRENTADOS</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO IV - O ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE</b>	<b>42</b>
4.1- HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE	42
4.2 - EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA	43
4.2.2-EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	57
<b>CAPITULO V – APLICAÇÃO DO SWOT NA ANÁLISE DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE</b>	<b>60</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>66</b>
<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>69</b>

## **ÍNDICE DE QUADROS**

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	14
QUADRO 2: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE 1996/97-2004/	20
QUADRO 3: TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES DA ENTREVISTA	40
QUADRO 4: EVOLUÇÃO DOS ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE 1996/97 A 2004/05	57
QUADRO 5: RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PARA O ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 4 ANOS	59



## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE 1996/97 A 2003/04 .....	58
---	----

## **INTRODUÇÃO**

Hoje, mais do que nunca, é reconhecido o valor da Educação e do Ensino Superior, pelo contributo imprescindível que empresta na sociedade actual. A construção da sociedade futura passa inequivocamente, pela capacidade de “relançar” o Ensino, e urge questionar as mudanças emergentes dos contextos de realização e sustentar uma actitude receptiva face a novas propostas e desafios.

Não sendo abundantes os estudos relacionados com este Subsistema de Ensino e com a sua influência no desenvolvimento encetar este tipo de análise que procura, igualmente apreciar a evolução recente das Instituições que o representam e tem a sua expressão mais antiga. Hoje em dia confrontada com novos e múltiplos desafios decorrente da constante inovação técnica, científica e tecnológica, do momento crescente da população escolar, do alargamento dos seus quadros e das solicitações de cooperação que recebe a comunidade.

A mudança do Ensino Superior nesses últimos anos tem sido bastante profundas. A formulação de novas expectativas e aspirações de financiamento, o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, as novas estratégias de desenvolvimento interno das organizações, as influências das políticas educativas nacionais e o aumento da diversificação da população estudantil constituem alguns dos principais factores, que colocam problemas a decisão política, mas igualmente a investigação que vem surgindo num novo campo de preocupações e de interesse, numa área chave do desenvolvimento da sociedade.

Cabo Verde viu-se confrontado com necessidades de mudança, adaptação e reconversão face aos rápidos acontecimentos que têm marcado o mundo actual nos mais diversos níveis, entre os quais o da Educação, enquanto um dos sectores decisivos para o desenvolvimento do país.

O Ensino Superior é um dos principais pilares de qualquer sociedade evoluída, e como tal, deve ser encarado como investimento futuro e não como despesa. A sua qualidade, o seu investimento, a sua internacionalização, as suas condições e a legislação que o organiza, são algumas das questões analisadas neste espaço, que apenas pretende contribuir para aprofundar a temática.

No presente trabalho cujo tema é: «Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde (1985-2005)», a nossa preocupação é de reflectir sobre o processo recente referido no tema. Nesta óptica, para avançarmos com este trabalho de investigação, utilizamos inquérito por entrevista a pesquisa bibliográfica e a análise documental e de conteúdo como metodologias essenciais para a sua elaboração. O estudo tem os seguintes objectivos:

#### **Geral**

- Apresentar um diagnóstico do Ensino Superior em Cabo Verde;

#### **Específicos**

- Contextualizar as Políticas de Formação de Quadros em Cabo Verde;
- Analisar a Evolução do Ensino Superior;
- Identificar a importância da Instalação da UNiCV na consolidação da Formação em Superior em Cabo Verde,

O trabalho encontra-se estruturado em **quatro (4) capítulos** fundamentais;

**Capítulo I** – contextualização – espelha a realidade Cabo – verdeana em termos demográfico, sócio – Económico, e Político, seguida da evolução do subsistema Ensino Superior em Cabo Verde, bem como os seus desafios actuais.

**Capítulo II** -Fundamentação teórica – onde serão abordados alguns conceitos teóricos e teorias defendidas por diversos autores ligado relacionadas ao conceito do Ensino Superior, a sua importância bem como a contextualização e sua expansão do Ensino Superior outros conceitos que consideramos pertinentes para a elaboração deste trabalho

**Capítulo III** – Metodologia - Para qualquer tipo de trabalho é necessário que as estratégias sejam bem definidas para que se possa alcançar os objectivos, nesse capítulo consta as perguntas de partida, as hipóteses deste estudo, apresentamos e descrevemos os métodos de recolha e de tratamento das informações, bem como os constrangimentos enfrentados relativos a própria metodologia utilizada.

**Capítulo IV** – as referências ligadas ao Ensino Superior em Cabo Verde tendo em conta a História, evolução tanto a nível do ensino como a nível dos alunos e dos estabelecimentos do Ensino.

E por último segue-se a conclusão, a bibliografia e os anexos.

## CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

Observamos que é importante ter em conta uma contextualização, para a realização deste trabalho, visto que, com esta temos a possibilidade de dar uma explicação lógica da realidade, onde se evolui o Ensino Superior. Isto porque, a sua inserção é implicada por vários factores. Por causa desta implicação, apontamos os aspectos seguintes, que consideramos úteis, para uma melhor percepção da sua instalação e evolução.

### ***1.1-Aspectos Demográficos***

Situado no Atlântico, a cerca de 450km da costa Africana, o Arquipélago de Cabo Verde é formada por 10 Ilhas e treze Ilhéus, dividido em dois grupos em função do seu posicionamento em relação aos ventos dominantes: O grupo de Barlavento é integrado pelas Ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista, e o grupo de Sotavento, pelas Ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.<sup>1</sup>

De origem vulcânica ocupam, no seu conjunto, uma superfície total de 4.033 Km<sup>2</sup>. A maior parte das Ilhas são montanhosas, exceptuando-se as Ilhas do Sal, a Boa Vista e Maio,

---

<sup>1</sup> Comité Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) -PNADHC- Num país em transformação, todos os direitos para todos, Aprovado em conselho de Ministros, 29/07/2003.

que são planas e mais próxima do Continente Africano. Cabo Verde pertence a região do Sahel, caracterizada por um clima árido e semi-árido com precipitações periódicas e variáveis. Foi descoberto pelos navegadores portugueses no ano de 1460 e foi colónia Portuguesa até 5 de Julho de 1975. A partir desta data tornou-se um país independente com a existência de um único partido. A partir de Janeiro de 1991 tornou-se um país multipartidário

O mar interior de Cabo Verde estende-se por uma área de cerca de 90.000 km<sup>2</sup>. As características climáticas de Cabo Verde são do tipo tropical seco, com persistentes períodos de seca, o que contribui para a redução dos recursos hídricos. A cobertura vegetal é pobre, devido aos efeitos conjugados do fraco nível de humidade, da erosão torrencial e também da acção do homem. Das cercas de 403 mil hectares que constitui o território nacional, 54% do total são constituídos por terras incultas. Esses factores aliados a forte pressão demográfica,

Contribui para a degradação sistemática do ambiente, criando uma situação de equilíbrio ecológico precário com impacto negativo no desenvolvimento social sustentado do país.

Segundo o recenseamento realizado no ano 2000, a população residente era de cerca de 434,643 mil habitantes, sendo 52% do sexo feminino e 48 %do sexo masculino. A taxa de urbanização era de 54% concentrando-se 90% da população nas Ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo, sendo ¼ na capital Praia. A Taxa Média de Crescimento (TMC) anual da população residente é de 2,4% registando-se um aumento relativamente a década anterior (1.5%), devido a redução da emigração. A elevada Taxa de Natalidade, de cerca de 29 por mil, e a baixa Taxa de Mortalidade explicam em parte, este crescimento demográfico acentuado. A população é essencialmente jovem, tendo 62% menos de 25 anos, o que contribui para uma certa pressão sobre o Sistema de Educação.

A população Cabo-verdiana tem tido uma evolução contínua ao longo dos anos, com excepção do período de 1940 a 1950, em que se registou, de facto, uma diminuição da população residente, na ordem de 31.756, devido a um tempo de seca que se verificou num período não muito longo.

A partir de 1950, a população Cabo-verdiana tem crescido constantemente, passando de 149,984 no mesmo ano para 431.812 no ano 2000, o que indica para tendência de duplicação em 25 cada ano.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Fonte INE – censo 2000

A participação cada vez mais afirmativa da sociedade civil é traduzida pelo número crescente das organizações não governamentais (ONG's) que desenvolvem actividades nas mais diversas áreas, particularmente na esfera social, na defesa e promoção dos direitos humanos.

## **1.2- Aspectos Sócio – económicos**

Cabo Verde pode caracteriza-se como uma economia aberta, que enveredou devidamente pelas regras de funcionamento de uma economia de mercado, graças às estratégias seguidas nos últimos anos de abertura do país ao investimento externos. A economia Cabo - Verdeana possui fracas potencialidades produtivas, tendo, apesar disso, realizado avanços no plano de desenvolvimento desde a sua ascensão à Independência.<sup>3</sup>

Durante os últimos cinco anos Cabo Verde deu passos muito importante rumo ao desenvolvimento económico, o país encontra-se no limiar de uma nova fase de crescimento que devera tornar irreversível o processo de desenvolvimento económico rumo a transformação de Cabo Verde num país moderno e competitivo”.

O forte crescimento do PIB real foi acompanhado, durante aquele período, de uma melhoria sensível e contínua do índice do desenvolvimento humano (IDH). Este índice que exprime a situação em termos de esperança de vida, de rendimento e educação passou de 0.587 em 1990 para 0, 670 em 2002<sup>4</sup>

**Quadro 1:** Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

Anos	1999	2000	2001	2002	2003
PIBpm corrente (milhares de contos)	61.773,4	64.538,6	69.380,3	72.758,1	79.526,7
Taxa de cambio US\$	104,4	117,5	123,5	117,3	97,8
População	424.268	436.863	444.683	452.714	460.968
PIB per capita em US\$	1394,1	1257,5	1263,1	1370,6	1764,1
Taxa do crescimento do pib per capita (em US\$)		-9,8	0,4	8,5	28,7
PIB per capita em milhares de escudos	145,6	147,7	156,0	160,7	172,5
Taxa do crescimento do pib per capita (em CVE)		1,5	5,6	3,0	7,3
Taxa crescimento do PIB constante	11,9	7,3	6,1	5,3	4,7
Taxa de inflação	3,9	-2,4	3,7	1,9	1,2
Pib em US\$	591.476.488	549.357,953	651.675.616	620.485.426	813.183.920

<sup>3</sup> In Programa do Governo para a VII Legislação (2006 -2011)

<sup>4</sup> Plano estratégico de Formação – Versão zero

Taxa de câmbio fonte BCV<sup>5</sup>

Um país com PIB per capita de 1394,1 em 1999, passou para 1764,1 em 2003<sup>6</sup>, em 2000, os sectores da agricultura e pesca, que cobriram mais de 60% da população, representaram apenas 10% do PIB, enquanto que a prestação de serviços contribuíram com 65% (entretanto). A produtividade da economia Cabo-Verdiana permanece frágil devido condicionantes de ordem estrutural, como a fraca capacidade de produção, os fenómenos físicos e climáticos, a exiguidade do mercado, a incapacidade de gerar emprego e o desequilíbrio do comércio externo. O excesso da produção em relação à produção interna é compensado pelas transferências líquidas do exterior, que representa 34.4% do PIB. A evolução favorável dos principais indicadores sociais e micro económico colocaram o país no grupo dos países em via de desenvolvimento.

O ritmo do desenvolvimento que imprimiu à economia Cabo-Verdiana durante a recente década, fez com se concebesse, para o país, um sistema de Ensino Superior alicerçado numa nova política que visa dar satisfação às expectativas da sociedade Cabo-verdiana, introduzindo inovações no edifício educativo, e tendo como objectivo último a melhoria da qualidade do ensino comprometido com as novas tecnologias, servindo de mola impulsionadora para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Enfrentar as mudanças sociais, científicas e educacionais implica entender complexidade do conhecimento e da aprendizagem necessária para compreender o sentido em que o currículo do Ensino Superior deve-se organizar, estabelecendo oferecendo possibilidades de planeamento de forma autónoma. Tais possibilidades nos mostram que é possível organizar um currículo não somente por disciplinas académicas, mas por temas e problemas nos quais os estudantes se sentissem envolvidos, a aprendessem a pesquisar através de fontes de informação que oferecessem possíveis respostas para depois através de fontes para depois aprender a selecciona-las, ordena-las, interpreta-la e torna-las públicas.

Desenvolvimento Humano Médio”, passando do 123º em 1995 para o 105º lugar em 2000, entre os 174 países analisados, com um PIB per capita estimado em cerca de 1.319 USD.

---

<sup>5</sup> Taxa de câmbio – Fonte BCV

<sup>6</sup> Taxa de câmbio – Fonte BCV



### **1.3- Aspectos Políticos**

Em Cabo Verde tem algumas Instituições a lesionar Cursos Superiores mas a política não esta bem materializada. Talvez com a implementação da Universidade Pública isso venha acontecer. Está-se a registar no mundo um tempo histórico que tem como característica fundamental a rapidez com que se sucedem as mudanças, gerando maior grau de incertezas e imprevisibilidade.

Este dinamismo atinge o social, o científico, tecnológico, económico e as suas relações mútuas, tornando assim mais completo o contexto no qual se desenvolvem tanto as pessoas, como as organizações e Instituições públicas e privadas.

Também quanto à governação não deverá haver crise dado que Cabo Verde é um país Democrático, tem claramente definido tempo para cada Mandato e os Governantes têm a locuência política disso. As mudanças são frequentes. Cada governação procura fazer o melhor. O Governo sucessor muitas vezes não dá continuidade a algumas medidas tomadas pelo Governo cessante, porque acha que a sua é melhor, que terá maior benefício para o país. É nesta óptica que podemos dizer que as frequentes mudanças podem ter influências negativas para a organização ao longo prazo.

### **1.4- Sistema Educativo cabo-verdiano (Situação Actual)**

O sistema educativo, de acordo com a Lei de Bases (Lei nº113/V/99 de 18 de Outubro), compreende os Subsistemas de Educação Pré-Escolar, de Educação Escolar e de Educação Extra-Escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração.

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação escolar abrange o ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino.

O ensino básico com um total de seis anos de escolaridade é organizado em três fases, cada uma das quais com dois anos de duração. A primeira fase abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda fase é de formação geral, visando a terceira fase o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos em ordem a elevar o nível de instrução.

O ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científico tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica; um 3º ciclo de especialização, quer para a via geral, quer para a via técnica.

O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

### **1.5- Evolução do Subsistema Ensino Superior**

O Ensino Superior compreende o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico. O Ensino Universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

O Ensino Politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

“Depois da independência nacional de Cabo Verde, em 1975, o acesso à Educação Superior aumentou consideravelmente, mas no estrangeiro, através da concessão de bolsas de estudos num variado grupo de países (Alemanha, Argélia, Brasil, Cuba, Estados Unidos de América, França, Portugal, Rússia e outros). Acções de formação superior em Cabo Verde, geralmente de natureza politécnica e de curta duração, foram desencadeadas para atender a necessidades conjunturais de mão-de-obra qualificada. Após estas primeiras experiências, na década de 80, os casos conhecidos no domínio de Educação Superior à distância em Cabo Verde foram protagonizados pela Universidade de Havana – Cuba, na área das Ciências Sociais com resultados positivos, pelo Instituto de Formação Bancária e pela Universidade Aberta com resultados negativos provavelmente por deficiente organização, falta de financiamento e ausência de mecanismos de adaptação curricular”<sup>7</sup>.

No início da década de noventa assiste-se à universalização do Ensino Básico e à posterior expansão do Ensino Secundário obrigando, já em meados da década, a uma forte

---

<sup>7</sup> Tolentino, C. op.cit., p. 27.

explosão do número de candidatos ao Ensino Superior. Deste modo, “o desenvolvimento do Ensino Superior vem sendo gizado e configurado para responder de forma mais articulada às necessidades de desenvolvimento do Sistema Educativo e às exigências da modernização do Estado e do mercado. A criação em 1991 da Comissão Instaladora do Ensino Superior e a sua posterior evolução para Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência em 1997 e, na mesma senda, as alterações introduzidas na Lei de bases do Sistema Educativo, em 1999, tinham em vista a adaptação do enquadramento Jurídico - institucional à nova realidade do Ensino Superior”.<sup>8</sup>

“Desde a segunda metade da década de 90, verifica-se uma intensificação da demanda do Ensino Superior, induzindo a dinâmicas adaptativas, condutoras a reorganização das instituições públicas até então existentes. Ou seja, a transformação da Escola de Formação de Professores em Instituto Superior de Educação, em 1995; do Centro de Formação Náutica em Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, 1996; a conversão do Curso de Contabilidade e Secretariado em Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, 1997; do Centro Nacional de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo (CENFA) em Instituto Nacional de Administração e Gestão, 2003; do INIA, Instituto Nacional de Investigação Agrária, 1985, em INIDA (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, em 1993). Posteriormente, já na presente década, vieram a surgir iniciativas privadas no domínio de Ensino Superior, a saber: a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, em 2000/01, o Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, em 2002, e o Mindelo – Escola Internacional da Arte, em 2004. Este reordenamento, que consistiu no aperfeiçoamento das antigas instituições públicas e no aparecimento de instituições privadas, gerou, num curto espaço de tempo, o aumento significativo da oferta de formação superior no país, que cresceu mais de dez vezes, num período de 9 anos, conforme mostra o seguinte quadro”.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> CABO VERDE. Ministério da Educação e Ensino Superior, *Documento de Estratégia para a Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde*, Dezembro de 2005.

<sup>9</sup> CABO VERDE. Ministério da Educação e Ensino Superior, *Documento de Estratégia para a Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde*, Dezembro de 2005.

**Quadro 2:** Evolução das matrículas no Ensino Superior em Cabo Verde 1996/97-2004/

Instituições	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
ISE	270	313	451	497	357	585	719	989	1249
IESCMAR	24	29	36	57	98	290	330	425	560
ISCEE	27	21	25	32	184	218	177	269	299
INIDA					22	22	0	0	48
Jean Piaget					56	695	741	913	1248
IESIG							248	440	464
Total	321	363	512	586	717	1810	2215	3036	3868

**Fonte:** Documento de Estratégia para a Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde.

## ***1.6 Desafios actuais do Ensino Superior em Cabo Verde***

Reconhece-se que hoje, o investimento numa Universidade Pública de qualidade em Cabo Verde é um dos mais rentáveis, do qual esse país pode beneficiar.

Calculamos que é pela inexistência de uma Universidade Pública até o ano 2000 e pela insuficiência de instituições do Ensino Superior que conseguem dar respostas a reais necessidades do país, que diminui o custo da formação superior, que fez com que esta formação foi feita preferencialmente no exterior. A maioria dos estudantes universitários é bolseira do Estado, representando um encargo significativo para as finanças públicas. A implementação da Universidade Pública de Cabo Verde virá desempenhar um papel importante na consolidação do Ensino Superior em Cabo Verde.

Levando em consideração os pressupostos acima mencionados, justifica-se seguidamente quais são os reais e actuais desafios do Ensino Superior em Cabo Verde.

“Dotar o país de quadros superiores altamente qualificados e que respondam às necessidades de desenvolvimento implica dispor das condições necessárias à criação da Universidade Pública em Cabo Verde cuja acção deverá envolver o ensino, a investigação e a extensão universitária. Impõe-se ainda definir claramente uma política de formação a alto

nível dos docentes e investigadores para o Ensino Superior. O desafio deste nível de ensino e da Universidade Pública de Cabo Verde deve ser enquadrado no contexto económico do país, da emergência das novas tecnologias que oferecem possibilidades inéditas de formação, ultrapassando assim expectativas organizativas clássicas, que certamente não serão viáveis nem financiáveis. A resolução do problema do financiamento das bolsas de estudo passa pela implementação dos mecanismos de reembolso dos empréstimos, pelo incentivo ao mecanismo de financiamento privado e pela real instalação de um sistema de co-financiamento para os estudantes oriundos de camadas sociais pobres e vulneráveis.”<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> CABO VERDE. Chefia do Governo, *Grandes Opções do Plano* (GOP), Outubro de 2001.

## **CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para a execução deste trabalho devemos usar os conceitos que foram defendidos por vários autores, na medida que possamos aproveitá-los para uma boa utilização. Baseando nessas convicções, primeiramente pretendemos apresentar os conceitos básicos do Ensino Superior, segundo alguns autores e em seguida apresentar outros conceitos que nos permitam elucidar vários aspectos inerentes a evolução e ao nosso trabalho.

### ***2.1 Conceito do Ensino Superior***

O *Ensino Superior* é grande determinante da produtividade do trabalho, iniciativa empresarial, crescimento e inserção na economia do conhecimento, factor de mobilidade social, participação, reforço da sociedade civil e democratização da sociedade, espaço da liberdade, formação de competências para todos níveis do Sistema Educativo e produção de líderes para prever e enfrentar os desafios do presente e pensar futuro, multiplicador de talento e de escolhas viveiros de cientistas e profissionais qualificados para criar, absorver e disseminar o conhecimento tecnológico.

O *Ensino Superior* cumpre a sua missão de educar, formar e promover a investigação, oferecendo serviços de qualidade a comunidade e possibilitando o desenvolvimento de todos os sectores de actividade

O *Ensino superior* compreende o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.<sup>11</sup>

## **2.2- Importância do Ensino Superior**

O Ensino Superior como sendo um nível de ensino onde as pessoas adquirem uma cultura, formação cívica, de investigação, de actividades sociais, científicas e técnicas , e ao tempo um indicador de referência sobre o desenvolvimento de uma sociedade futura, cabendo-lhe um lugar essencial na produção, desenvolvimento e dinamização da sociedade. O Ensino Superior dá um contributo muito importante na procura de soluções para resolver os problemas causados pelas grandes transformações operadas no mundo de hoje, através de evolução científica e tecnológica a que actualmente se existe, com as grandes transformações no domínio da energia, das telecomunicações, das tecnologias e sistema de informação, da biofísica e, em particular, a globalização da economia. Para isso necessita-se de cidadãos cada vez com mais e maiores competências, atitudes e aptidões para se adaptarem às mudanças e enfrentarem o futuro de forma eficaz com competitividade de cada vez maior criatividade, e para um Ensino Superior de qualidade inserido em redes Universitária mundiais bem como em outros espaços do saber.

## **2.3- Contextualização do Ensino Superior**

---

<sup>11</sup> Plano Estratégico da Educação – 2003



O processo de globalização está trazendo profundas transformações para a sociedade contemporâneas. O acelerado desenvolvimento tecnológico e cultural, bem como as mudanças percebidas em todas as áreas do conhecimento, estão caracterizados por uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e económicas por novos sistemas e novas forças transnacionais.

Vive-se uma nova etapa do capitalismo, contraditório por excelência, que coloca para o homem, nesse começo de milénio mudanças profundas na cultura, no estado, no mundo de trabalho e na educação.

Nesse sentido, muda a concepção de organização de empresa e economia, transforma-se as Instituições, cria-se novas necessidades sociais, enfim, são mudanças radicais do final do segundo milénio que nos fascina e ao mesmo tempo nos apavoram. Ao exigir novas capacidades em ambiente complexos e incertos impõe ao homem mais instrução e aperfeiçoamento contínuo, para se inserir no processo de trabalho. Nesse contexto o conhecimento como valor universal, deve constituir um direito de todos, e deve ser também, utilizado em todas as esferas da vida quotidiana e não apenas para concorrer a um posto no mercado de trabalho.

Assim, as exigências dessa sociedade não pode estar pautadas apenas no livro, na Internet e nas técnicas, mais principalmente na pessoa do desempenho que incorpora seus valores, desafia sua pesquisa, cria forma de convivência solidária, decide no constante confronto de novas situações e novas responsabilidades. Essa è a nova sociedade que deve ser cada vez mais marcada com pela produtividade, pela participação e autogestão fundada no conhecimento, e com preponderância da autonomia sobre a heteronomia Taylor – fordista.

O Ensino superior neste contexto marcado por tantas mudanças, e conferido o poder de determinar os processos da construção do conhecimento, as estratégias de acção, escolher caminhos e alternativas para o percurso da existência nos novos paradigmas sociais da cultura contemporânea, bem como desenvolver valores no sentido de efectivar uma formação crítica nas mais diversas situações que a vida nos impõem.

Para tanto, cada vez mais o Ensino Superior é obrigado a abdicar da rigidez das ideias, posturas e tipos de abordagens fundamentais nos sistemas de valores tradicionais e buscar

respostas nos valores de uma modernidade reflexiva (GIDDENS, 1996) que em muitos aspectos, ainda estão para ser formadas. Esta análise obriga a Universidade a enxergar com olhares múltiplos as várias facetas da realidade contemporânea indo além da direccionalidade do mercado.

Dessa forma, o entendimento da concepção do novo saber produtivo e transmitindo no Ensino Superior direcciona a acção não mais dentro do fluxo contínuo, sequencial e fixo, mas envolve impulso descontínuo e flexível com permanente oportunidade de recriação académica. Portanto a reflectividade segundo GIDDENS (1996) "é condição e resultado de uma sociedade pós tradicional, onde as decisões de uma sociedade pós tradicional, onde as decisões devem ser tomadas com base numa reflexão contínua sobre as condições de cada cultura"

Nesse sentido, é necessário, portanto, que as posturas académicas e científicas tradicionais estejam em ritmo de destradicionalização, para dar lugar ao novo paradigma da sociedade reflexiva, considerado hoje na escala de valor como bem necessário gerador de novos conhecimentos e criador de possibilidades de inovação. Quanto mais a Universidade se torna modernizada, mais os seus agentes adquirem a capacidade de reflectir sobre as condições sociais e académicas de existência e, assim, modifica-las.

No início da década de 90 assistiu-se à universalização do ensino básico integrado e à expansão do ensino secundário, obrigando já em meados da década uma grande exploração de números de candidatos ao ensino superior. Como forma de satisfazer a grande procura do Ensino Superior e de diminuir o custo com a formação no exterior, foi dada mais ênfase às Instituições locais como o ISE em 1995, o ISECMAR em 1996, o ISCEE em 1998, dotados com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Novo milénio, o Ensino Superior privado ganha visibilidade com aparecimento das novas Instituições do Ensino Superior. Na cidade da Praia foi criado em 2000 a Universidade Jean Piaget, em 2002 o Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça (IESIG) e a Escola Internacional Arte no Mindelo.

O Ensino Superior em Cabo Verde emergiu sob pressão de necessidades conjunturais e tem crescido sem um plano de longo prazo, nem uma visão universitária. Destas circunstâncias resultaram algumas marcas peculiares:

***Os principais objectivos do Ensino Superior:***

- a) Desenvolver capacidades de concepção, de inovação, de investigação, de análise crítica e de decisão;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para inserção em sector profissional e para participação no desenvolvimento da sociedade Cabo-verdiana, e colaborar na sua formação continua;
- c) Estimular a criação cultural e desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- d) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- e) Promover a divulgação de conhecimento cultural, científica e técnicos que constituem patrimónios da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados á comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Estimular e dar continuidade a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

## **2.4- Expansão do Ensino Superior**

A expansão da educação, embora se tenha feito acompanhar da regulação jurídica de uma série de questões relacionadas com a área educativa, protagonizada por Instituições e agentes vocacionados sectores públicos e privados, não conduziu ainda a regulação cabal de uma série de questões, de entre as quais avultam as que se pretendem com o funcionamento do sector privado do ensino.

A expansão do Ensino Superior, com a criação de novos cursos e a abertura de novas escolas, obrigou à adopção de medidas e instrumentos adequados à operacionalidade dos objectivos traçados.

A estratégia começou a ser implementada com a criação, em 1997, da Direcção Geral de Ensino Superior e Ciência e com as diversas iniciativas legislativas que permitiram a criação formal da Universidade de Cabo Verde,<sup>12</sup> a criação de instituições privadas de Ensino Superior, o estabelecimento de diversos acordos de colaboração com Universidades e Institutos estrangeiros, a adopção de novos critérios e regulamentos para a atribuição de bolsas de estudo.<sup>13</sup>

A evolução científica e tecnológica, que actualmente se assiste, com as grandes transformações no domínio da energia, das telecomunicações, das tecnologias e Sistemas de Informação, da biofísica e, em particular, a globalização da economia, reclamam de todos os cidadãos cada vez maiores competências, atitudes e aptidões para se adaptarem às mudanças e enfrentar o futuro de forma eficaz com criatividade e competitividade.

O Ensino Superior e a investigação científica têm contribuído vertiginosamente para a procura de soluções aos problemas causados pelas grandes transformações operadas no universo contemporâneo. Oferecendo serviços de qualidade à comunidade e possibilitando o desenvolvimento de todos os sectores de actividade.

No início da década de noventa, com a Lei de Base do Sistema Educativo assiste-se à universalização do ensino básico e à posterior expansão do ensino secundário obrigando, já em meados da década, um significativo aumento do número de candidatos ao ensino superior. Como consequência desse fenómeno tornou-se um imperativo a criação de Instituições de

---

<sup>12</sup> Resolução nº 53/2000 de 24 de Agosto

<sup>13</sup> D.L nº 6/01 de 12 de Fevereiro e BO nº 25 de 2/6/02

Ensino Superior no país de modo a inverter o binómio formação no exterior/formação no país.<sup>14</sup>

A implementação do Ensino Superior constituirá seguramente uma oportunidade inédita e única de colaboração com outras Instituições estrangeiras de formação superior e de investigação científica e tecnológica. A Universidade de Cabo Verde devera constituir a coluna vertebral de um sistema coerente de produção e divulgação do saber científico e tecnológico que devera ser posto ao serviço do sector produtivo e do desenvolvimento do país.

A pertinência sócia económica e cultural do Ensino Superior requer a sua acoplagem a actividades de investigação para o desenvolvimento, tendo em vista a produção, disseminação e exploração de novos conhecimentos.

A ausência de recursos naturais em Cabo Verde as condições défices em que a actividade económica se desenvolve exige dos Cabo-Verdianos praticas e conhecimentos tecnológicos cada dia mais apurados, inovadores e pragmáticos. Tais conhecimentos poderão ser simultaneamente, avançados e adoptadas ao nosso contexto o estágio de desenvolvimento. As políticas e as medidas a serem implementadas deverão ter como pano de fundo a preocupação da utilização da ciência e da tecnologia como instrumento para compreensão e a resolução dos problemas de sobrevivência e de desenvolvimento do país, pelo que se coloca como primeira linha de actuação a pesquisa no domínio das energias renováveis.

E de uma maneira geral, o desenvolvimento da ciência e tecnologia tem sido desarticulado pelo que se impõe a criação de mecanismos reguladores. O Governo devera criar ainda mecanismos de coordenação entre diversas instituições, iniciativas, programas e projectos públicos e privados de investigação actualmente existente, de forma a dar coerência a maior eficácia sócio - económica e culturais as actividades de pesquisa científica e tecnológica.

Não há como contestar a necessidade urgente da expansão do sistema superior público em Cabo Verde. Aumentar o número de matrículas no Ensino Superior público é questão emergente e essencial para o desenvolvimento nacional. A actual estratégia nacional, baseada no aumento de vagas em escolas privadas, muitas delas com fins lucrativos, não é moralmente aceitável, nem economicamente viável. Além disso tem se demonstrado academicamente desastrado.

---

<sup>14</sup> Plano estratégico para educação

O aumento das matrículas nas Instituições públicas precisa ser feito mediante projectos, elaborados pelas Instituições, que levem em conta as especificidades de cada instituição e provendo-se as condições adequadas de infra-estrutura e pessoal, especialmente docentes. No caso das Instituições públicas existente, é necessário considerar o compromisso com a excelência académica e, por isso, com actividade de pesquisa na fronteira do conhecimento.

São factores a serem considerados também pelas Instituições públicas em geral, onde a expansão do ensino deve ser tratada de um ponto de vista estratégico pelo Governo, para além das medidas tópicas de cada Instituição

Por isso o governo, a todos os níveis, em parceria com o sector privado e a comunidade científica internacional, deve garantir apoio suplementar a promoção de uma capacidade tecnológica e científica adequada e bem partilhada através de programas de educação e de investigação apropriados.

## ***2.5 Conceito de Universidade***

### *Quanto a política fiscal*

E aquela que possui a liberdade académica e as suas próprias autonomias e que é prestadora de serviços a sociedades deve pagar o imposto sobre o valor acrescentado, nos termos da lei do imposto fiscal.

As Universidades são espaços estratégicos pela participação que pode ter nos processos de inovação ligado ao mundo empresarial, administrativo e entre outros, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividade profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

Universidade é uma instituição autónoma que, de forma crítica, produz e transmite a cultura da investigação e do ensino.<sup>15</sup>

A Universidade, como uma organização, apresenta características especiais que distinguem das demais organizações.

---

<sup>15</sup> A “Magna carta das Universidades Europeias”, assinada em Bolonha no dia 18 de Setembro de 1998.

Baldrige<sup>16</sup> (1983) destaca estas características especiais que definem a universidade como organização atípica:

- **Ambiguidade dos objectivos:** os objectivos organizacionais são vagos e difusos;
- **Clientela especial:** alunos com necessidades específicas e diversificadas demandando a participação no processo decisório;
- **Tecnologia problemática:** utilização de uma variedade de métodos, de técnicas e processo (múltipla tecnologia) para atender uma clientela especial;
- **Profissionalismo:** utilização de profissionais que desenvolvem funções não rotinizáveis, gozando de autonomia no trabalho e, manifestando dupla lealdade:

### **2.5.1 O Ensino Superior e a Visão Universitária**

Além das normas constantes na Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE), o Ensino Superior caracteriza-se no plano do ordenamento jurídico, pela dispersão das normas e por um tratamento casuístico da matéria. Na verdade, não existe ainda um diploma que, em desenvolvimento dos princípios contidos na LBSE, defina um regime jurídico geral do Ensino Superior em Cabo Verde em relação ao sector público, e sector privado.

Entretanto no âmbito da actuação da Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde, cujo regime de instalação foi aprovado<sup>17</sup>, em 2004, o quadro jurídico relativo ao Ensino Superior vai ser objecto de adequação, com adopção de novos diplomas e a revisão de outros.

---

<sup>16</sup> **Baldrige**, J.V. , op. cit. , p. 35.

<sup>17</sup> Decreto-Lei nº 31/2004, de 26 de Julho

Refira-se, que, não obstante ter sido formalmente criada a Universidade de Cabo Verde<sup>18</sup>, não foram, nessa oportunidade, adoptadas as providências para a sua efectiva instalação. Com o diploma em questão, define-se um novo figurino de instalação que, em vez de se apoiar numa personalidade que teria a denominação de pró-reitor, seleccionada de entre indivíduos especialmente qualificado no domínio científico e académico, residente no país e na diáspora, com a missão de proceder á elaboração e implementação de um programa de preparação das condições para instalação da Universidade de Cabo Verde.

A necessidade de reflexão sobre o ensino superior em Cabo Verde é reconhecida hoje por todos quantos tem consciência das profundas mudanças ocorridas nos últimos anos, dos desajustamentos e disfunções criadas e dos desafios que o futuro coloca a este sector fundamental do sistema educativo

Se há convergência de opiniões a propósito da vantagens da institucionalização do ensino superior, dos princípios orientadores e dos constrangimentos a ter em consideração, o mesmo não acontece em relação ao modelo da Universidade de Cabo Verde.

### ***2.5.2- A universidade pública no contexto do Ensino superior***

De uma forma geral pode-se dizer que as condições para instalação da Universidade são favoráveis, uma vez que, terá condições propícias para sua implementação.

O ambiente política é favorável, visto que, vivemos numa sociedade democrática e participativa, com uma certa estabilidade política, realçando a integração do país em algumas organizações como a AGOA, CEDEAO, entre outros, permitindo assim o alargamento da universidade que em termos de conhecimentos extra-territorial e quer em termos das áreas de formações.

---

<sup>18</sup> Pela resolução nº 53/ 200, de 28 de Agosto



O ambiente económico também é favorável dado que, o crescimento económico do país tem vindo a aumentar nestes últimos anos e a taxa de desemprego tende a diminuir, sendo assim, as pessoas terão maiores condições de aderirem a Universidade.

Quanto a ambiente social, tendo em vista que a nossa população é eminentemente jovem, e vive-se actualmente uma demanda considerável do ensino superior, pode-se dizer que o ambiente é favorável para a universidade.

Consideravelmente o ambiente tecnológico é estreitamente favorável para a universidade, uma vez que o próprio estado governo esta apostando fortemente no lançamento e crescimento de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) na nossa sociedade, portanto, com essa atitude por parte do governo, certamente, permitirá o maior incentivo ao crescimento da sociedade privada para o mesmo fim.

Perspectivando ainda, o conhecimento e o «lifetime» «leasing» o país precisa de uma Instituição Universitária que venha proporcionar os seus cidadãos esta componente, portanto, só uma universidade poderá proporcionar esta componente.

As universidades são vista na sua elevada fisionomia de centro de altos estudos, inspirados na ideia de unidade fundamental do saber, com a missão de promoverem o desenvolvimento cultural e a formação profissional, e bem assim a investigação. Assina-se-lhes uma finalidade de formação integral dos alunos, que lhes cumpre estimular ao estudo e meditação dos problemas fundamentais do mundo, do homem e do seu destino.<sup>19</sup> Considera-se também dever das Universidades realizarem e fomentarem a investigação, fundamental e aplicada, e assegurarem a formação básica dos investigadores.

E ainda as universidades são encaradas, para além das preocupações de formação dos alunos e de aperfeiçoamento dos seus diplomados, como centros nacionais de irradiação e difusão da cultura e ciência. Quer-se que elas saia cada vez mais do seu isolamento, que projectem a sua influência no meio ambiente e dele recebem estímulo e apoio.

O ensino universitário é considerado como sendo uma das vertentes da modernização da sociedade Cabo-verdiana, em simultâneo faz-se notar um desenvolvimento moderado da nossa economia pondo a descoberto a necessidade de uma formação acelerada de técnicos e quadras superiores. Estas razões vem confirmar a necessidade de alargamento da rede

---

<sup>19</sup> O ensino superior em Portugal Jorge carvalho arroteia, universidade de Aveiro, 1996.

universitária, este se justifica pelo grande número da população escolar e pela necessidade de recrutar novos agentes de forma a evitar a degradação *do teor formativo das instituições universitárias*

“Ao referir à implementação da Universidade de Cabo Verde coloca-se a questão: Universidade com quem?

À questão crucial – universidade com quem? – pode responder-se que o potencial de RH existe, mas é preciso assumir que a simples existência não dispensa a preparação, a aprovação e a execução dum plano nacional de formação e qualificação para a Universidade. Terá de haver um projecto específico de formação de pessoal docente e de gestão do conhecimento.

Enfim, pensar-se hoje na criação de um centro universitário, com um Ensino Superior de excelência é, acima de tudo, uma forma de pensar em como vencer o isolamento geográfico, reduzir os efeitos da insularidade, compensar a pequenez, superar o atraso e os efeitos da pobreza e sobretudo conseguir a desejada projecção em língua portuguesa, ancorada nos valores da cultura cabo-verdiana. Portanto, há que continuar a pensar no Ensino Superior em Cabo Verde, na lógica de desenvolvimento sustentado e sustentável, de modo que sirva de uma mais-valia para o país”.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Cf. O artigo « Que Universidade Pública para Cabo Verde » de Corsino Tolentino- paralelo 14,23/04/04

### **2.5.3 - Normas relativas ao subsistema – Ensino Superior e à Universidade Pública**

Qualquer sistema educativo carece de uma estrutura de organização e gestão, que compreende órgãos centrais, serviços personalizados, serviços centrais e serviços desconcentrados. O Ensino Superior e a Universidade Pública como subsistemas também precisam da mesma estrutura. Esta estrutura tem como suporte básico legal as normas que regulam os seus funcionamentos. Neste sentido, para melhorar as suas organizações baseia-se na Constituição da República, na Lei de Bases, e nas outras leis relativas aos mesmos.

Relativamente ao artigo 77º número 2 da Constituição da República, alínea e): Promover a educação superior, tendo em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.

E, relativamente ao artigo 31º da Lei de Bases do Sistema Educativo nº 113/V/99 de 18 de Outubro, o Ensino Superior<sup>21</sup> compreende o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico.

Levando em consideração as necessidades de criação de uma Universidade Pública em Cabo Verde, que satisfaz as exigências da modernização e da sociedade contemporânea, foi criada a mesma, através da Resolução nº 53/2000 de 7 de Agosto.

Foi criada a Universidade de Cabo Verde pela Resolução acima mencionada e providenciada o regime da sua instalação através do Decreto-lei nº 33/2000 de 28 de Agosto.

Considerando as sérias implicações financeiras, técnicas e organizacionais, o Governo, através da auscultação da comunidade científica e académica nacional e na diáspora, reuniu entretanto, a informação necessária à elaboração de um programa de preparação e Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde que obedeça às linhas de organização, actuação e calendários rigorosos. (Decreto-lei nº 31/ 2004, de 26 de Julho).

---

<sup>21</sup> Descrito no sub capítulo da evolução do Ensino Superior.

Assim, concluiu o Governo que dada a complexidade dos trabalhos inerentes à instalação de uma universidade, não se torna conveniente que o encargo seja cometido a uma personalidade, mas a uma comissão como é, aliás, tradicional no sistema administrativo cabo-verdiano. (Decreto-lei nº 31/ 2004, de 26 de Julho).

A lista das normas relativas ao Ensino Superior e à Universidade constarão no anexo deste trabalho.

## **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

Para a produção de qualquer trabalho científico, torna-se imprescindível a definição da metodologia adequada à realização deste trabalho. Por isso, é necessário que as estratégias sejam bem definidas para que se possa alcançar os objectivos no tempo determinado. Por isso, para alcançarmos o nosso objectivo de compreender o processo da Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde apoiamo-nos no seguinte:

### **1- Pergunta de partida**

- De que forma o Ensino Superior Evoluiu em Cabo Verde à partir 1975?
- Qual será impacto do Ensino Superior no desenvolvimento de Cabo Verde?

### **2- Hipótese**

O Ensino Superior emergiu sob pressão das necessidades de Cabo-verdiano, e tem crescido com um plano de longo prazo, e uma visão universitária.

Atendendo ao tema, pensa-se que a postura metodológica que melhor ajusta e serve para abordar este tema são a pesquisa Bibliográfica, Documental e aplicação de entrevistas a personalidades que estiveram na origem de criação e acompanhamento do desenvolvimento do Ensino Superior em Cabo Verde a partir das quais integra a pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.

Assim realizamos o levantamento bibliográfico e documental e utilização, constitui um dos principais instrumentos para realização do presente trabalho, dos textos se procedeu a uma leitura de elementos teóricos que sustentam o tema, contextualizado em vários períodos da evolução da educação, as previsões e as realizações efectuadas no sector.

Por outro lado a análise desse trabalho utilizamos os documentos oficiais cuja referência têm a ver com a Evolução e Desenvolvimento do Ensino Superior; Sistema Educativo Cabo-Verdiano; e com o Planeamento Estratégico a Médio e a Longo Prazo, nomeadamente as Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Programa do Governo para a VI e VII legislaturas, Plano Estratégico para a Educação (2003), as leis relativas à Educação – Constituição, Lei de Bases do Sistema Educativo, outras legislações e documentos relativos ao Ensino Superior e ao Sistema Educativo

Para responder às perguntas de partida e verificar as hipóteses a metodologia utilizada foi a seguinte:

**Recolha de informações através de:**

- a) Análise bibliográfica e documental;
- b) Inquérito por Entrevistas;

**Tratamento das informações através de:**

- a) Análise de conteúdo;

### **3. Descrição da metodologia**

a) **Análise do conteúdo:** é esta a principal metodologia que utilizamos para o tratamento das informações recebidas ao longo das entrevistas. Relativamente a esta análise fizemos a categorização das ideias essenciais das mensagens e sobretudo a sua codificação como é aconselhado num trabalho desta natureza. Dentro dessa mesma estratégia, fizemos: 1º o *inventário*: que é isolar os elementos e 2º a *classificação*: que é repartir os elementos, e portanto procurar ou impor uma certa organização às mensagens.

A **análise de conteúdo** é uma metodologia de tratamento dos dados e das informações que teve como suporte as entrevistas e os documentos nacionais de Planificação e de políticas do Governo. A escolha dessa metodologia deriva do reconhecimento da sua pertinência no tratamento de corpus texto diversos (questões abertas das entrevistas, textos de política, etc.), para ressaltar ideias essenciais.

Fizemos agrupamento das ideias-chave em categorias que obedecem aos seguintes princípios:

- ✓ A **exclusão mútua** – esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão.
- ✓ A **homogeneidade** – o princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização.
- ✓ A **pertinência** – uma categoria é considerada pertinente quando esta adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido.
- ✓ A **objectividade e a fidelidade** – as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.
- ✓ A **produtividade** – um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos.

Para esta metodologia o suporte teórico utilizado foi “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin<sup>22</sup> (2004).

b) **Análise documental**: para esta análise fizemos a leitura dos documentos nacionais de Planificação e de políticas do Governo, levantamos as ideias relativas à Universidade e ao Ensino Superior, fizemos a comparação das ideias anunciadas em cada documento estratégico. Nossa atenção centrou-se nos objectivos, nas metas e nos resultados esperados relativos aos mesmos.

c) **Inquerito por Entrevista**: Para a elaboração deste trabalho, consideramos que é relevante entrevistar as pessoas, cujas funções se enquadram ou enquadraram no desenvolvimento do subsistema Ensino Superior, e que acompanharam e/ou estiveram

---

<sup>22</sup> Bardin, L. , op. cit. , p. 113-4.

envolvidas no processo da Criação e Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde. Consideramos que é relevante entrevistar essas pessoas, pois achamos que é a melhor forma de conseguirmos resultados positivos. Tendo em consideração que a referida Criação e Instalação é uma decisão do Governo, embora as necessidades são identificadas na sociedade, mas as pessoas que melhor conseguem explicá-las e contextualizá-las são as que estão ou estavam mais próximas das decisões. E para além disso, através da entrevista é possível encontrar informações mais aprofundadas. Daí entrevistamos:

- ❖ Assessor da Universidade de Cabo Verde
- ❖ Director Geral do Ensino Superior e Ciência
- ❖ Ex-Ministro de Educação
- ❖ Assessora da Ministra de Educação e Ensino Superior
- ❖ Professor universitário e experiente na área da Educação

Para a recolha das informações através da entrevista elaboramos e aplicamos um guião, para as pessoas envolvidas no sistema de Ensino. Na entrevista utilizamos um gravador para que as respostas pudessem ser bem assimiladas e nalguns casos recebemos as respostas escritas consoante as perguntas. Para poder tratar os dados transcrevemos as entrevistas que foram gravadas, codificamo-las e fizemos a análise de conteúdo apresentada abaixo. Os referidos guiões encontram-se em anexo.

#### **4 - A visão dos actores**

No primeiro momento fizemos a recolha das informações através das entrevistas posteriormente tratamo-los com maior eficácia. Para isso, fizemos o agrupamento categórico das mensagens (da análise do conteúdo). Seguidamente seleccionamos as palavras-chave do resultado das entrevistas, por cada grupo categórico (valores principais) identificamos as respectivas ideias essenciais (valores secundários), no resultado mencionado. Em seguida, apresentamos uma tabela para interpretação, em que na primeira coluna consta as categorias ordenadas em grupo (de **A** a **F**) e na segunda coluna os valores secundários.



**Quadro 3:** Tratamento das informações da entrevista

<b>Categorias (Valores Principais)</b>	<b>Ideias Essenciais (Valores Secundários)</b>
<b>A. Valores do Ensino Superior</b>	Soberania (contribuir para a)
	Equidade (garantir)
	Excelência (procurar)
	Identidade de um povo (defender)
<b>B. Necessidades.....</b>	Contribuir para o desenvolvimento sócio económico do país
	Formação de quadros qualificados e massa crítica
	Contribuir para a inserção de Cabo Verde na economia Global
	Consolidação do Ensino Superior
<b>C. Papel do Ensino Superior</b>	Formação Avançada/Especializada
	Criar e difundir conhecimentos
<b>D. Desafios</b>	Qualidade
	Atender as necessidades do cidadão
	Sustentabilidade Financeira/ Conciliar custos com as necessidades
	Apostar em áreas pertinentes, que têm bom futuro
	Formação ao longo da vida
	Contribuir para desenvolvimento de economia competitiva
	Contribuir para a geração de Riquezas
<b>E. Fases da Evolução</b>	Diagnóstico da situação das Instituições do Ensino Superior/Avaliação
	Inventariação da demanda
	Recursos Existentes
	Estudos Prospectivos
<b>F. Modelos de Gestão (princípios)</b>	Estrutura em Rede,
	Universidade em extensão
	Formações com um forte pendor profissionalizante
	Aposta forte no Ensino a distância para vencer a descontinuidade territorial
	Aproveitar a presente localização das Instituições do Ensino Superior
	Padrão Unitário da qualidade

### **5 - Considerações sobre as informações recolhidas no quadro nº 3**

Analisando o quadro, relativamente aos valores que o Ensino Superior vai defender para Cabo Verde, as informações tratadas provam, que existem vários, tais como a soberania da Nação, a equidade, a excelência, bem como a identidade de um povo. Esses valores são os próximos dos encontrados no Documento de Estratégia para a Instalação da Universidade de Cabo Verde.

Os entrevistados apontam uma grande necessidade, porque ela deve contribuir para: desenvolvimento sócio - económico do país, formação de quadros qualificados e da massa crítica, consolidação do Ensino Superior e para inserção de Cabo Verde na Economia Global.

As necessidades de Cabo Verde estão relacionadas com o seu papel, que é de oferecer uma formação avançada/especializada, de criar e difundir conhecimentos.

Nota-se que o Ensino Superior está desafiada, para a formação de qualidade, a atender as necessidades do cidadão, isto é, deve ser prestadora de serviço à comunidade, a sustentabilidade financeira, ou seja conciliar custos com as necessidades, a definir as áreas pertinentes que têm bom futuro, a oferecer formação ao longo da vida, a contribuir para a geração de riquezas, e a contribuir para o desenvolvimento de uma economia competitiva.

Relativamente as fases de evolução, recebemos as seguintes informações: diagnóstico da situação do Ensino Superior/Avaliação, Inventariação da procura e dos recursos existentes e a elaboração dos estudos prospectivos.

Quanto aos Modelos de Gestão constatamos que a que o Ensino Superior deve ser uma estrutura em rede, em extensão, deve ter formações com um forte pendor profissionalizante, deve apostar fortemente no Ensino à distância para vencer a descontinuidade territorial, deve aproveitar a presente localização das Instituições do Ensino Superior e deve apostar num padrão unitário de qualidade.

## **6. Constrangimentos enfrentados**

Tivemos alguns constrangimentos ao fazer a entrevista, pois esta devia ser realizada com as pessoas cujas funções estão ou estavam relacionadas aos cargos políticos, com as que já foram dirigentes de algumas Instituições do Ensino, e as que estão inseridas na evolução e no historial do Ensino Superior. A maioria do pessoal que estava previsto para ser entrevistado sempre não se apresentava disponibilidade imediata, Por este motivo tivemos atrasos relativos a entrevista. Para além disso, tivemos dificuldades em conseguir respostas de algumas questões feitas, que seriam eficazes para a conclusão do trabalho, pois alguns entrevistados disseram que as perguntas são comprometedoras e outros afirmaram que são da responsabilidade das pessoas que trabalham em outras áreas, por sua vez estavam sobrecarregadas, de forma que dificultou-nos na realização da entrevista no tempo definido.

## **CAPÍTULO IV - O ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE**

### ***4.1- História do Ensino Superior em Cabo Verde***

A entrada de Cabo Verde no círculo das nações, em 1975, trouxe naturalmente um vasto leque de preocupações atinentes ao desenvolvimento, sendo a formação de quadros um dos principais vectores. Com efeito, um número relativamente elevado de estudantes tem frequentado, em vários países, cursos de áreas científicas as mais diversas.<sup>23</sup>

O Ensino Superior surgiu em Cabo Verde para responder a necessidades conjunturais, desenvolvendo-se frequentemente, sob a forma de “cursos avulsos” em determinadas áreas, posteriormente reconhecidos oficialmente como Formações Superiores, com correspondência a determinados graus. A criação de centros de formação e/ou transformação das unidades existentes, completam a «moldura» das condições de origem do Ensino Superior em Cabo Verde.

---

<sup>23</sup> Universidade tradição e ruptura

Esta escolha reflectia uma real vontade de generalizar o acesso a Instituição na convicção de que tal facto contribuiria para favorecer a unidade nacional, satisfazer o imperativo da justiça social promovendo o crescimento económico”.<sup>24</sup>

Não obstante eventuais lacunas e insuficiências, as iniciativas levadas a cabo contribuíram de forma significativa para reforçar a convicção da viabilidade da formação local a nível superior.

A formação superior atinge uma certa dinâmica em 1980-85, com a criação de Estrutura de Formação de Docente do Ensino Secundário, Em meados de ano 80 a 90 identifica-se como fase de transformação qualitativa da educação visando melhorar não só a produtividade interna do Sistema onde o Ensino Superior não fica de fora. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 103/III/90) constitui um primeiro passo para introduzir alguma normalização neste nível de ensino, em particular, no que diz respeito aos Objectivos e as condições de Acesso.

Assim, os cursos e centros existentes dão lugar a Institutos Superiores, dotados de autonomia pedagógica, científica, administrativa, financeira e patrimonial.

Uma análise histórica do Ensino Superior em Cabo Verde mostra que as iniciativas no sector surgiram sempre como resposta a situação conjunturais muitas vezes anunciadas de crise: Devido a uma falta de articulação entre a formação e as necessidades do país, uma parcela não negligenciável de bolseiros no exterior adquiriu formação em áreas não prioritária, ou formação pouco adequada a nossa realidade.

## ***4.2 - Evolução do Ensino Superior a partir da Independência***

Logo após a independência de Cabo Verde, era flagrante a carência de quadros para o desenvolvimento do país, dever-se ia formar o maior número possível quadros e nas mais diversas áreas. Foram solicitadas bolsas aos estudantes e instituições a países amigos, os quais

---

<sup>24</sup> Fórum internacional -E.S. e pequenos estados insulares – Praia, 12-19 de Março de 1994

acudiram prontamente. Não tinham candidatos suficientes para preencher as vagas oferecidas, fazendo-se necessário fomentar o Ensino Secundário o que se traduziria em sua manifestação e no rebaixamento do nível académico dos professores recrutados.

O país teve durante a década de 90 sufocado pela forte pressão dos dois níveis subsequentes a formação superior, Assim sendo o país tinha que começar a pensar no desenvolvimento do Ensino Superior no país uma vez que da forma como vinha sendo implementado no exterior acarretava enormes custos para o cofre do estado. De qualquer forma o número de alunos que terminavam o Ensino Secundário no país já justificava a criação de uma política coesa de Formação Superior no país que garantiria alguma confiança aos Cabo-verdianos.

Pressupomos que a opção teve sucesso, sobretudo com o alargamento do Ensino Superior a novos actores, principalmente aos privados e com a criação de novos cursos. Com isso criou-se uma nova visão dos Cabo-verdianos em relação ao desenvolvimento deste nível de ensino no País.

Em 1979, atendeu a proposta de alguns técnicos e com o contributo de professores da universidade de Coimbra, o Ministério da Educação pôs em funcionamento o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário (CFPES)<sup>25</sup>, com o objectivo de Formar localmente quadros para exercício da docência no ensino secundário; Dotar as escolas secundárias de um corpo docente qualificado para a regência das diferentes disciplinas.

A data do arranque do CFPES, a docência foi assegurada por professores cooperantes e contratados a tempo parcial, sendo o quadro docente a tempo inteiro formado por apenas uma professora nacional que exercia simultâneo a função de directora adjunto.

1983- Funcionou nas instalações do LDR, com a secretaria própria e uma direcção autónoma.

1985, muda-se para o parque 5 de Julho, com novos cursos em bacharel e mais tarde em geografia

Análise da situação em 1987 do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário e a primeira experiência de formação de professores em exercícios,

---

<sup>25</sup> Decreto-lei.º70/79 de 28 de Julho

Em 1988/89, o curso foi Institucionalizado como escola de Formação de Professores do Ensino Secundário (EFPES), e muda de instalações, passando a funcionar no edifício da Escola Grande, no Plateau, onde permaneceu até 2002<sup>26</sup>.

1990 - Perspectivou uma intervenção cada vez mais sólidas e de longo prazo, a estrutura mais firme de formação de nível superior, com base na espírito da LBSE.

1991 - O governo da segunda República criou a Comissão Instaladora do Ensino Superior.

1992- Frequenta esta escola 198 alunos, sendo 180 nacionais e 18 estrangeiros oriundos de Angola, Senegal e S° Tomé.

É neste contexto, então, que a EFPES foi elevada à categoria de Instituto Superior de Educação, ISE<sup>27</sup>, com o objectivo de dar respostas não só aos novos desafios decorrente da introdução da reforma do Sistema Educativo.

O ISE teve um funcionamento como um estabelecimento do ensino superior que prossegue os seus fins no domínio da educação, orientando-se para o ensino, a investigação, a apresentação de serviços à comunidade e colaboração com entidades nacionais e estrangeiras em actividade de interesse comum. (decreto lei n.º33/95)

### **Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarial (ISCEE)**

Em 1992, resolve criar, cursos na área de Gestão & Marketing e na Contabilidade<sup>28</sup>, no ano lectivo 1991/92, por iniciativa privada, mais com estímulo e apoio do estado, através de uma Cooperação com o Instituto Politécnico de Lisboa.

No ano lectivo em que se iniciaram as actividades académicas deste curso, inscreveram-se 59 alunos, tendo concluído o primeiro ano 49 (26 no Curso de Gestão e Marketing e 23 no curso de Contabilidade). Deste 49 apenas 22 transitam de ano no curso de Gestão e Marketing e 20 no curso de Contabilidade

O Instituto Politécnico de Lisboa, através das suas Escolas de Comunicação Social e Instituto Superior de Contabilidade e Administração, apoia a preparação do programa curricular do curso, do conteúdo realizados das diversas disciplinas e realiza actividades de

---

<sup>26</sup> Informações muito detalhadas sobre a Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário poderão ser encontradas numa brochura publicada em 1990 e elaborada por Carvalho, A. Darlinda Moreira e Irene Chantre

<sup>27</sup> Decreto -Lei 50/95, de 2 de Outubro.

<sup>28</sup> Universidade tradição e rupturas

controlo de avaliação. Para além disso, tem prestado algum apoio técnico e administrativos ao elaborar diversas propostas de regulamentos de natureza académica<sup>29</sup>

O Instituto de gestão e marketing, transforma em Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, possui dois pólos, um pólo na Ilha de São Vicente no Mindelo e outro na Ilha de Santiago, cidade da Praia.

### **Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR)**

De 1996 a 2000 ISECMAR realizou os seguintes cursos de bacharelato:

Planeamento e Administração dos Transportes Marítimos; Engenharia Informática e Automação; Engenharia das Telecomunicações; Biologia Marítima; Engenharia Mecânica; Educação Tecnológica Ramo Civil; Educação Artística<sup>30</sup>

No período de 2001-2005 tem-se registado uma procura considerável dos cursos do ISECMAR<sup>31</sup>, tendo a oferta aumentando de 50% relativamente a década de 90, conforme se pode ver a seguir:

Engenharia Informática e Automação; Engenharia Elétrica e Electrónica; Engenharia das Telecomunicações; Engenharia Mecânica; Engenharia Naval; Engenharia Civil; Biologia Marítima; Matemática Aplicada; Pilotagem ou Ciências Náuticas; Planeamento e Administração dos Transportes Marítimos; Educação Tecnológica para o Ensino Técnico; Formação de Formadores ET – Mecânica; Formação de Formadores ET – Elétrica.

Para além dos cursos de Bacharelato, o ISECMAR ministra os cursos modulares e profissionais. É assim que em 2004 foi possível a:

- Formação de 434 marítimos com cursos de segurança marítima (combate a incêndios, sobrevivência no mar, primeiros socorros, Embarcações Salva-vidas, ISPS code, etc.)
- Formação de 60 marítimos para o sector das pescas, sendo 20 motorista da 3ª classe, 20 marinheiros pescadores e 20 mestres costeiros.
- Capacitação de 20 marinheiros pescadores nos domínios do combate ao Incêndio, Sobrevivência no mar, Higiene e primeiros socorros.

---

<sup>29</sup> Estudos sobre o ensino superior em Cabo Verde

<sup>30</sup> Durante esse tempo (1996-2000) formou-se apenas 157 quadros

<sup>31</sup> De 2001 a 2005 passaram pelo ISECMAR mais de 1548 alunos.

- Duas perspectivas se abrem para o ISECMAR, duas preocupações para a juventude e o desenvolvimento rápido e qualitativo do país estão subjacentes as acções que se seguem:
- \_ O arranque para novos cursos de curta duração on-line, da Academia de Cisco, a serem ministrados a trabalhadores das empresas nacionais e outros interessados da sociedade;
- Construção de edifícios para salas de aulas;
- Alteração e ampliação do edifício das instalações, desenvolvendo o edifício na vertical e na horizontal;
- Criação de um centro de ensino a distância;
- Criação de um recinto desportivo.

### **Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)**

Com o início em 1982, Instituto de Investigação Agrária, adiante designado por INIDA, é um estabelecimento público do estado, gozando de inerente personalidade colectiva pública, tem sede em São Jorge dos Órgãos, Ilha de Santiago, podendo ter delegações em outros pontos do território nacional

Desde 1986, que o INIDA situada em São Jorge dos Órgãos – Santiago) através do seu departamento de formação já formou, em cursos com a duração de 2 anos, cerca de 250 técnicos agrícolas dos seguintes níveis:

- Técnicos médios, para aos indivíduos habilitados com o ensino secundário complementar (11 ano de escolaridade)
- Técnicos profissionais de 1º nível, para indivíduos com 9º ano de escolaridade
- Técnicos profissionais de 2º nível, para indivíduos habilitados com o 6º ano de escolaridade. A principal preocupação do instituto tem incidido na formação dos técnicos profissionais de 1º nível.

No âmbito e uma colaboração com, o Instituto da U.T.L esta preparado um curso de Bacharelato em ciências agro – florestal, ministradas por docentes do Instituto Superior de Agronomia e por investigadores e técnicos do INIDA.

O INIDA não tenciona dar continuidade a esta acção de formação por entender que não há capacidade do mercado de emprego para absorver este tipo de técnicos em grandes quantidades, embora se julgue que se poderão lançar posteriormente outras acções



semelhantes noutras áreas de formações que sejam consideradas prioritárias para cabo verde (engenharia rural, engenharia biofísica, produção pecuária, etc.). O INIDA prefere continuar com uma unidade de investigação que promove acções de formação e diversos níveis sem carácter necessariamente continuando e sistemático.

O laboratório de física e de química do INIDA foi utilizada para as actividades lectivas de natureza experimental do ano zero e da Escola de formação de professores do ensino secundário.

O Instituto de Investigação Agrária, adiante designado por INIDA, é um estabelecimento público do estado, gozando de inerente personalidade colectiva pública, tem sede em São Jorge dos Órgãos, Ilha de Santiago, podendo ter delegações em outros pontos do território nacional.

### **Universidade Jean Piaget (UJP-CV)**

Tendo já, para o efeito, edificado, na zona do Palmarejo, cidade da Praia, um edifício Universitário que será complementado, a curto prazo, com infra estruturais desportivas e outras necessárias a prossecução do ensino Universitário.<sup>32</sup>

A Universidade Jean Piaget – Cabo Verde dá um contributo muito importante ao desenvolvimento da educação Superior em Cabo Verde: primeiro, provando aos mais cépticos que esse nível de educação é viável no país, segundo, porque já forma dezenas de jovens e, terceiro, porque é um viveiro de quadro de ensino e investigação. Tem docentes qualificados, equipamentos, instalações e organização adequadas às funções do ensino, investigação extensão e serviço a comunidade. Por estas razões, a UJP-CV é um parceiro com qual o Estado deverá contar na consolidação e desenvolvimento do Subsistema da Educação Superior no país.<sup>33</sup>

A Universidade Jean Piaget teve um crescimento na ordem de (101%), passando de 56 alunos em 2001/02 ano da abertura para 913 Alunos em 2004/05

O Instituto Piaget, cooperativa para desenvolvimento Humano Integral e Ecológico, constituído ao abrigo do direito português e com sede no concelho de vila nova de Gaia, Via Jean Piaget, na Freguesia de Canelas, Portugal, foi autorizado pelo Governo, a exercer a sua

---

<sup>32</sup> Decreto-Lei nº 12, 7 de Maio de 2001

actividade em Cabo Verde, é uma das Instituições mais qualificadas e prestigiadas ligadas ao Ensino Superior em Portugal.<sup>34</sup>

Considerando a importância que o Instituto Piaget poderá ter para Cabo Verde no âmbito da política nacional de Educação e Formação de Quadro, o Governo entende-se vantajoso autorizar que o mesmo exerça a sua actividade no país.

No âmbito do protocolo de acordo celebrado entre o Instituto Piaget e o Governo de Cabo Verde, em Lisboa, a 30 de Abril de 1999, aquele compromete-se a criar a Universidade Jean Piaget em Cabo Verde, na qual será ministrados Cursos Superiores em diversas áreas,

### **Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça (IESIG)**

É uma instituição de Ensino particular de níveis superior<sup>35</sup>. Devido a sua entidade instituidora, possui autonomia administrativa, fins e patrimonial.

O IESIG, tem um corpo docente qualificado, constituído com cerca de 11 professores doutores, 30 Mestres e 53 Licenciados (ano lectivo 2008-09)

A caminho do seu sétimo ano de funcionamento, o IESIG conta já com mais de 800 estudantes integrados nos diversos cursos de licenciatura e pós graduação, possui desde a sua criação, um protocolo assinado com a universidade com a Universidade do Brasil

A gestão é confiada a um conselho directivo composta pelo presidente do Instituto, pelo Vice-presidente, pelo presidente do conselho científico, pelo presidente do conselho pedagógico, pelo director dos serviços académico e administrativo, pelo presidente da comissão Interdepartamental pelo Presidente da Associação dos Estudantes.

### **Mindelo \_ Escola Internacional de Arte (M\_EIA)**

A criação da Escola Internacional de Arte na cidade do Mindelo sustenta-se no princípio de que a cultura e o desenvolvimento se condicionam mutuamente. Assim o projecto de Escola terá a cultura como pressuposto de qualidade de vida, valorização pessoal e social; como pólo de desenvolvimento do turismo qualificado; como estruturante do tecido social. Dará especial atenção ao papel das indústrias culturais como motor de desenvolvimento, riqueza e emprego e promoverá a cultura artística contra a exclusão, numa perspectiva pedagógica.

---

<sup>34</sup> Decreto-Lei nº 11/2001, de 7 de Maio

<sup>35</sup> Resolução nº 12/2003 de 9 de Junho

Pretende-se instituir uma educação em arte que propicie o desenvolvimento do pensamento artístico, divergente, mas que caracterize um modo particular de dar sentido às experiências pessoais ou colectivas, ampliando a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Os cursos a instituir habilitarão os que buscam conhecimentos pedagógicos – artísticos, preocupados em estimular a capacidade humana de criar, numa perspectiva interdisciplinar que qualifica, actualiza e integra. E ainda adquirir instrumentos para uma maior participação com ética e cidadania, em questões sociais.<sup>36</sup> [ Read All ]

A metodologia adoptada nos cursos de licenciatura da M-EIA privilegia a maleabilidade orgânica e práticas de globalidade. As disciplinas utilizarão diferentes formatos, como atelier, oficina (workshop), tutorial, estágio, curso magistral, seminário, conferência, visita, etc.

O currículo das licenciaturas obedece ao regime de Unidades de Crédito (UC) possibilitando um conjunto de escolhas de entre as diferentes áreas, podendo-se recorrer a disciplinas leccionadas noutras instituições do ensino superior nacionais ou estrangeiras cujos conteúdos sejam relevantes para o currículo do licenciado, constituindo um sistema em leque, permitindo a construção individual de cada currículo e a possibilidade da comunicabilidade e interacção de áreas.

Os cursos terão a duração de 3 anos, estruturado em semestre com carga horária intensiva, estrutura em unidades de créditos distribuídos por 6 semestres sendo necessário realizar 240 UC; os semestres deverão ser compostos por 20 semanas perfazendo cada ano 40 semanas. Os créditos devem estar indexados a ratio, 1 UC igual a 12 horas de formação presencial.

A escola pretende dar uma especial atenção ao papel das indústrias culturais como motor de desenvolvimento, riqueza e emprego e promover a cultura artística contra a exclusão, numa perspectiva pedagógica. A Escola Internacional de Arte do Mindelo oferece duas licenciaturas em Artes Visuais e Design para Comunicação e Equipamentos e cursos de extensão universitária para professores que queiram actualizar as suas experiências. A M-EIA disponibiliza igualmente cursos de formação profissional de nível III e IV, cursos livres para estudantes de segundo e terceiro ciclo, cursos para artesãos e ainda actividades pedagógicas para crianças e workshops com várias ofertas.

---

<sup>36</sup> [www.saatchi-gallery.co.uk/artecolleges/InfoAll/departament/ac\\_id/4941](http://www.saatchi-gallery.co.uk/artecolleges/InfoAll/departament/ac_id/4941)

### **Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)**

O Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, é um estabelecimento de ensino privado, com sede na cidade da Praia em Cabo Verde, podendo, nos termos da lei criar extensões num outro concelho. É propriedade da EFE – Sociedade para o Ensino a Formação e a Educação Lda. E é uma escola orientada para as actividades de Ensino Investigação e prestação de serviço.

Ressente-se uma lacuna de uma escola de Direito nacional, capaz de ajudar a reflectir sobre a legislação cabo-verdiana na sua produção e sua execução ou ate no acompanhamento permanente da sua evolução, capaz de fornecer quadros qualificados às Instituições ligadas a administração da justiça, as instituições políticas da administração central e local da democracia ou as empresas, a melhoria global do direito e da justiça nacionais da jurisprudência e doutrinas locais e ao apetrechamento técnico jurídico do sector empresarial necessitado de respostas prontas e rigorosas. Enfim, num mundo cada vez mais em competitividade, torna-se pois crucial e exigível uma escola de direito nacional capaz de ajudar a reflectir sobre esses eixos.

Foi dessa forma que um grupo de pessoa, reunidas em torno desse objectivo, movidas pelo entusiasmo e pela vontade de por na prática os elementos primordiais para a implementação da sua visão de formação superior no país, quiseram fazer nascer o Instituto. O Instituto quer sempre dar um ensino excelente e de qualidade onde a palavra-chave é e será sempre: a excelência qualidade centrada no ser humano.

### **Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG)**

O INAG<sup>37</sup>, foi criado em 1998 tem como predecessor o CENFA – Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo<sup>38</sup> criado em 1978, Institucionalizado em 1981, dotado de estatuto próprio<sup>39</sup> em 1984, e extinto<sup>40</sup>, em 1998 uma Instituição de língua Portuguesa, com vocação internacional e que desempenhou um papel de relevo na formação de Administração para Cabo Verde independente.

---

<sup>37</sup> Decreto – Lei n.º. 24 / 98, de 8 de Junho

<sup>38</sup> Decreto-Lei n.º. 21/81, de 11 de Fevereiro

<sup>39</sup> Decreto n.º. 79/84, de 18 de Agosto

<sup>40</sup> Decreto – Lei n.º. 23/97, de 8 de Junho

O INAG ainda esta na fase de instalação<sup>41</sup> mas, embora sem assumir claramente na proposta de estatuto como estabelecimento de Educação Superior e praticamente restringido o campo de acção ao sector público administrativo e empresarial, já tem uma missão e vocação definida: Contribuir através do ensino, da investigação científica e da assessoria técnica, para o aperfeiçoamento e modernização da administração pública e do sector público empresarial, nomeadamente, realizando cursos conferentes de grau superior e outras acções de formação.<sup>42</sup>

O Centro de Formação Náutica (CFN) foi formalmente criado, no âmbito de um projecto apoiado pela cooperação com a Noruega. Esta Instituição destina-se a formar pessoal do mar a todos os níveis e a promover a investigação no domínio da ciência e da tecnologia náutica.

Em 1996, foram criados Bacharelato em Engenharia Mecânica, Naval, de Telecomunicações, Civil e em Matemática Aplicada. Já em 1989, contava com um número razoável de técnicos nacionais. Investiu-se no corpo docente proporcionando-lhe cursos de pós graduação de longa e curta duração, no país e no estrangeiro.

Nos princípios de 1990, apesar de o CFN fornecer pessoal qualificado para a operação dos navios, verificou-se que as companhias de navegação nacional começaram a enfrentar sérias dificuldades por não poderem competir com os navios porta – contentores estrangeiros que passaram a transportar os produtos cabo-verdianos a um preço mais baixo e em menos tempo.<sup>43</sup> (em 1992/93 recebeu o mesmo valor liquido de 27 mil contos cabo-verdianos).<sup>44</sup>

Para o desenvolvimento das suas actividades de formação, especialmente ao nível pós secundário CFN tem contado com o apoio da Escola Náutica Infante Dom Henrique de Passos de Arcos, através de um projecto de Cooperação financiado pelo Instituto de Cooperação Económica de Portugal. Em termos de investigação o centro tem um acordo com o Instituto Hidrográfico de Lisboa.

Desde a sua criação, o Centro de Formação Náutica (CFN) tem se afirmando como um estabelecimento do Ensino Superior com a capacidade para formação do pessoal do mar de acordo com os requisitos e as normas internacionalmente exigidas.

---

<sup>41</sup> Despacho da Ministra da Reforma do Estado, de 14 de Outubro de 2002

<sup>42</sup> Subsídio para um programa de Capacitação das Instituições de Educação Superior e Instalação do Uni- CV

<sup>43</sup> Centro de comunicação e imagem [www.minedu; cv](http://www.minedu.cv)

<sup>44</sup> Muitos dos membros do governo, na década de 90, pensaram em por termo à Instituição.

Dos resultados alcançados destaca-se a formação do pessoal da marinha mercante segundo os níveis estabelecidas na confecção internacional das regras de formação de certificação de marítimos (STCW 1979).

Antes os Planos do Governo para o Desenvolvimento do Ensino Superior em Cabo Verde entende-se que o Centro de Formação Náutica tem um papel importante a desempenhar, daí que numa prestativa de optimização, opta-se por transformar o CFN no Instituto Politécnico. O CFN para o seu melhor funcionamento veio dar lugar ao Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, abreviadamente designado por ISECMAR, é uma Instituição de Ensino Superior, com personalidade jurídica e dotado de autonomia administrativa financeira e patrimonial.

### **Universidade Lusófona de Cabo Verde Baltasar Lopes da Silva**

Foi oficialmente inaugurado no passado dia 22 de Janeiro de 2010 a Universidade Lusófona de Cabo Verde “Baltasar Lopes da Silva”. A sessão de inauguração oficial deste novo estabelecimento de ensino superior.

A instalação dessa universidade representa maior consolidação do projecto do grupo lusófono e dos seus objectivos de desenvolvimento educativos e dos países lusófonos. No plano educativo A ULCV é , conforme consta no seu estatutos uma instituição de criação, transmissão, crítica e difusão de cultura, ciência e tecnologia que tem como objecto de ensino, a investigação e prestação de serviços nos vários domínio da ciência, da cultura e tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente , em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa.

O projecto da ULCV, tem uma equipa bem preparada a fim de responder os anseios da juventude de Cabo Verde é consciente das novas missões que propõe o sistema educativo, nomeadamente no que se refere a formação ao longo da vida

### **Universidade de Cabo Verde (UniCV)**

Criada pela Resolução nº 53/2000 de 7 de Agosto e logo de seguida através do Decreto-Lei nº 33/2000 de 28 de Agosto, a Universidade de Cabo Verde iniciou as suas actividades em Outubro de 2006. Baseada nos 5 Institutos Públicos já em funcionamento a 1ª fase de instalação terminou em 2008 iniciando-se a 2ª fase de 2009 a 2011 quando deverá funcionar

em pleno. A proposta apresentada pela Comissão Instaladora da Universidade abarca grandes áreas de conhecimento -Ciências da Natureza, da Vida e do Ambiente, Ciências Humanas e Artes, Ciências Exactas, Tecnologias e Engenharias, Economia e Gestão e Políticas Públicas- bem como os cursos e graus, em articulação com a Declaração de Bolonha, que nesta matéria é o documento orientador mais moderno e aceite na Europa.

Durante muitos anos, a principal oferta de estudos universitários foi no estrangeiro. A Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) surge com a intenção de se constituir como a primeira escolha dos cabo-verdianos para a frequência do Ensino Superior.

Sendo Cabo Verde um arquipélago, garantir o acesso ao ensino a estudantes de todas as ilhas leva a Uni-CV a assumir-se como uma universidade em rede, que se vale das técnicas de ensino à distância e de parcerias com outros centros de saber como ferramentas para oferecer formação inovadora, de qualidade e flexível, atendendo às necessidades dos formandos de forma permanente, onde quer que estejam.

Tal como especificado no Estatuto (Decreto-Lei nº 53/ 2006 De 20 de Novembro), a Universidade Pública de Cabo Verde é concebida como uma instituição de Ensino Superior cuja missão é capacitar a nação Cabo-Verdiana de modo a vencer os grandes desafios de modernização e desenvolvimento do país. Através de programas ensino, investigação e extensão, a Uni-CV contribuirá para a competitividade da economia cabo-verdiana, o progresso sustentável e a inclusão social e bem assim para o reforço da identidade cultural da nação, objectivos que deverão modelar todo o projecto científico e orgânico da nova instituição

Tem como missão capacitar a nação cabo-verdiana, de modo a vencer grandes desafios de modernização e desenvolvimento do país. Através de programas de ensino, investigação e extensão, a universidade de CV deve contribuir para a competitividade da economia Cabo-Verdiana, a boa governação do Estado, o progresso sustentável e a inclusão social, bem como para o reforço da identidade cultural da nação.

Unidades associadas

Durante o período inicial da transição da UniCV, em regra de dois anos, a Universidade Pública os Institutos Públicos de Ensino Superior que se encontram sob a superintendência do membro do governo responsável pela educação designadamente o Instituto Superior da Educação (ISE) e o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), constituem-se em unidades associadas de Universidade pública, devendo, em principio extinguir-se após o período, para darem lugar às unidades orgânicas próprias da UniCV (escolas, departamentos e centros)

Outrossim, a UniCV pode, tanto no período de transição como fora dele, celebrar contratos de associação com instituição de ensino e investigação que se encontram sob a superintendência de outros membros do Governo, com vista á prossecução dos seus fins...

É assim, que ao abrigo das disposições estatutárias em vigor, foram celebrados contratos que conferem o estatutos de unidades associadas da UniCV ao Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) e ao Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG). Ainda que não integrados na estrutura orgânica própria da universidade, estas unidades associadas cooperam com a universidade em função da pertinência e adequação dos seus fins aos prosseguidos pela UniCV, traduzida, normalmente, na partilha do pessoal docente e do investigador e demais recursos com vistas a prossecução de objectivos comuns, nos termos definidos nos respectivos contratos de associação, assinados entre o Reitor e os seus Presidentes.

### **Universidade Intercontinental de Cabo Verde (ÚNICA)**

A Universidade ÚNICA abriu as portas em Cabo Verde em Setembro de 2008, ministrando cursos na área da Saúde, nomeadamente Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Análises. Receber alunos sem que terminem os estudos secundários é uma das inovações implementadas pela Universidade Intercontinental de Cabo Verde. Essa universidade que está no país desde Setembro de 2008, anunciou também a tomada de posse de um novo Reitor em Novembro.

Enquadrada no novo programa de incentivo ao ensino, a Universidade ÚNICA permite às pessoas que não têm o 12º ano de escolaridade e com idade superior aos 25 anos, frequentar um curso naquela instituição. Para isso, segundo o Reitor interino, Manuel Barroso, o candidato só tem que “fazer os exames necessários para a candidatura nesse sistema.”

A entrada de um novo Reitor para a ÚNICA, também foi uma das informações avançadas pelo Manuel Barroso, durante uma conferência de imprensa. “Esse Reitor será cabo-verdiano, para que a Universidade Intercontinental siga o caminho que tem que seguir que é a de uma universidade cabo-verdiana e para os cabo-verdianos”, explica o Reitor interino.

A Universidade ÚNICA abriu as portas em Cabo Verde em Setembro de 2008, ministrando cursos na área da Saúde, nomeadamente Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Análises Clínicas e Saúde Pública, e na da Educação Física e Desporto.



Para além de Cabo Verde, esta instituição de ensino superior encontra-se em Portugal, Brasil e, em breve, em Angola e Moçambique.

### **Universidade de Santiago (US)**

A Universidade de Santiago (US), com sede na cidade de Assomada e a primeira a ser instalada no interior da ilha cabo-verdiana de Santiago, abriu, (16) as portas com 336 alunos divididos em oito cursos de graduação.

Para a implementação dos cursos, a US conta com o apoio do Instituto de Ciências Empresariais e de Turismo do Porto (Portugal) na realização de programas conjuntos de investigação e montagem de cursos de mestrados, além de intercâmbio entre docentes e alunos.

A universidade tem ainda protocolo com ICASE (Instituto Cabo-verdiano de Acção Escolar) e com a Câmara Municipal de Santa Catarina, o que permite que cerca de um quarto dos estudantes sejam bolseiros.

Além disso, a Universidade acolheu 10 estudantes de São Tomé e Príncipe, filhos de cabo-verdianos como bolseiros a 100 por cento da instituição.

A Universidade de Santiago lecciona os cursos de Sociologia, Economia, Gestão de Empresas, Geografia e Gestão do Território, História, Filosofia e Estudos Franceses<sup>45</sup>

Salienta-se que, a Universidade de Santiago funciona, neste momento, com oito cursos, 41 professores, sendo a grande maioria doutorados e mestrados e tem inscrito para o ano lectivo 2008-2009, 335 alunos matriculados no período normal e pós-laboral em faculdades de ciências humanas e de ciências e tecnologias. Paralelamente à cerimónia de abertura oficial, a US assinou protocolos com a Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago, Caixa Económica de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Empresariais e do turismo de Portugal e com a Sociedade de Filosofia de Educação da Língua Portuguesa.

---

<sup>45</sup> [www.africa21digital.com/noticia](http://www.africa21digital.com/noticia) .

### 4.2.1 Evolução dos alunos do Ensino Superior

**Quadro 4:** Evolução dos alunos no Ensino Superior em Cabo Verde 1996/97 a 2004/05

Instituições	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
ISE	270	313	451	497	357	585	719	989	1249
ISECMAR	24	29	36	57	98	290	330	425	560
ISCEE	27	21	25	32	184	218	177	269	299
INIDA					22	22	0	0	0
J. PIAGE					56	695	741	913	1248
IESIG							248	440	464
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>363</b>	<b>512</b>	<b>586</b>	<b>717</b>	<b>1810</b>	<b>2215</b>	<b>3036</b>	<b>1195</b>

Fonte: Documento de estratégia Implementação

Universidade pública de Cabo Verde

Do quadro (1) que reflecte a Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde nota-se que durante esse período que a evolução é satisfatória demonstrando alguma confiança por parte

Do quadro (1) que reflecte a Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde nota-se que durante esse período que a evolução é satisfatória demonstrando alguma confiança por parte dos candidatos em prosseguirem os seus estudos em Cabo Verde, passando de 321 alunos em 1996/97 para 3036 em 2003/04.

### 4.2.2-Evolução dos estabelecimentos de ensino

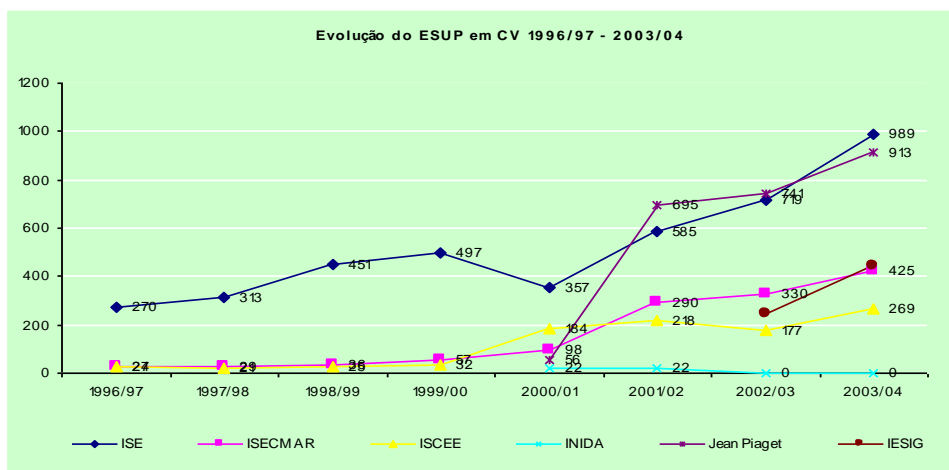
Como consequência do fenómeno do crescimento do numero de diplomados no país com 12º ano, tornou-se necessário a definição de uma nova política de formação superior no país com o alargamento desse mercado aos privado e redefinição dos Institutos Públicos com vista a inversão da tendência dos Cabo-verdianos em ter uma formação superior, que até 2000 a

maioria dos cabo-verdianos saíam para o exterior para ter uma formação com o grau que conferisse Licenciatura dado que não existia essa opção no país.

Embora o país conta com o Ensino Superior que vinha sendo administrada no país desde de 1979, com cursos que conferisse grau de Bacharelato no EFPES e posteriormente em 1995 cria-se o ISE também com cursos direccionados para o ensino visando melhorar o parque docente Cabo-verdiano, mesmo assim os restantes Cabo-verdianos que terminavam o Ensino Secundário que não tinham como opção a docência procuravam o exterior para fazerem a formação superior em outras áreas.

Nesse contexto o país ressentido dessa necessidade deu a abertura aos privados e apareceram dois novos Institutos (Jean Piaget, IESIG) e houve a criação de um maior n.º de cursos nos Institutos Públicos que conferissem grau de Licenciatura.

Gráfico 1: Evolução dos estabelecimentos do Ensino Superior em Cabo Verde 1996/97 a 2003/04



Fonte GEP/MEVRH

É notável que todos os estabelecimentos de Ensino Superior tiveram um crescimento considerável com taxas de crescimento médio anual positivo com a excepção do INIDA que teve uma paragem nos últimos dois anos. Contudo prevê-se a sua reactivação no ano lectivo 2004/05. A Universidade Jean Piaget teve um crescimento na ordem de (101%), passando de 56 alunos em 2001/02 ano da abertura para 913 alunos em 2003/04 e o IESIG (33%), passando de 238 para 440 alunos quase que duplica a sua oferta em 2 anos de vida, sem deixar de realçar os estabelecimentos públicos que também apresentam taxas medias acima de 20%, destacando o ISE e o SECMAR, que durante todo esse período tiveram um papel meritório no processo de desenvolvimento do Ensino Superior em Cabo Verde tornando numas das Instituições Publicas candidata a integrar na UNI-CV sem deixar de lado as restantes

instituições públicas como o INIDA, ISCEE que também vem desempenhando um papel importante no desenvolvimento do Ensino Superior no país.

Numa análise comparativa dos novos ingressos interno e externo para o prosseguimento de estudos superiores nota-se que nos últimos 4 anos um equilíbrio em termos de procura, com ganhos para a procura de Formação Superior no país. Portanto pode-se concluir que hoje os alunos preferem o Ensino Superior no país em detrimento do ensino no estrangeiro. A principal causa dessa inversão de atitude deverá ser (i), pela vantagem de estarem junto das famílias (ii) menor custo (iii) Conhecimento do mercado/oportunidade.

**Quadro 5:** Recursos financeiros disponibilizados para o ensino Superior nos últimos 4 anos

		2000	2001	2002	2003
Orçamento do MED	sd	6.298.872.688,00	5.882.275.356,00	6.780.371.694,00	
Funcionamento	sd	3.363.494.408,00	3.666.235.855,00	4.772.026.914,00	
investimento	sd	2.935.378.280,00	2.216.039.501,00	2.008.344.780,00	
Montante destinado ao Ensino superior no País	1.204.429.916,00	993.153.745,00	320.689.807,00	179.727.869,00	
Funcionamento	134.539.776,00	141.698.445,00	164.574.932,00	165.854.697,00	
investimento	1.069.890.140,00	851.455.300,00	156.114.875,00	13.873.172,00	
Montante destinado ao Ensino Superior no País para o funcionamento em relação ao Orçamento do MED	sd	2%	3%	2%	
Montante destinado ao Ensino Superior no País para o investimento em relação ao Orçamento do MED	sd	14%	3%	0%	
Montante Destinado a Bolsa	974.182.187,00	819.018.757,00	631.335.944,00	537.944.527,00	
Montante destinado a bolsa em relação ao Orçamento do MED	sd	13%	11%	8%	

De acordo com os recursos disponibilizados ao Ensino Superior nos últimos quatro anos é visível a diminuição do montante destinado para as bolsas tanto interno como externo, mas também é notável que o orçamento de funcionamento para as instituições de Formação Superior no país vem aumentando gradualmente a cada ano que passa, de 2000 a 2004 teve um crescimento de cerca de 31 mil contos. Tudo isso mostra o interesse do país em melhorar o Ensino Superior no país com vista mudar a atitude tendencial que vem do passado, dado a inexistência de formação superior desde dos primórdios da Independência.

## **CAPITULO V – APLICAÇÃO DO SWOT NA ANÁLISE DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE**

Além da sua comprovada importância cultural, científica, económica e social, o Ensino Superior desempenha um papel crucial no auto conhecimento colectivo, coesão nacional e construção de um desígnio comum. Efectivamente, uma noção incapaz de seleccionar, criar, absorver, difundir e aplicar os conhecimentos de forma sistemática perde irremediavelmente algumas das suas maiores competências, não tem consciência clara, nem sentimento colonizado onde o corpo artificialmente separado da cabeça vagueia sem firmeza de rumo.

A síntese que se apresenta nesse ponto é o resultado das análises feitas nos capítulos anteriores e precedentes e aponta para a necessidade e urgência de cabo verde desenvolver a componente interna do seu subsistema de educação superior, sem deixar de apostar na componente externa, imposta pela natureza migrante da população, a escassez de recursos e a necessidade de inserção cada vez mais deliberada e vantajosa na sociedade mundial

O desenvolvimento passa pela capacidade de criar e desenvolver algo, e o ensino superior como sendo um nível de ensino onde as pessoas adquirem uma cultura, formação cívica, de investigação, de actividades sociais, científicas e técnicas e, e ao tempo um indicador de referencia sobre o desenvolvimento de uma sociedade futura, cabendo-lhe um lugar essencial na produção, desenvolvimento e dinamização da sociedade. O ensino superior dá um contributo muito importante na procura de soluções para resolver os problemas causadas pelas grandes transformações operadas no mundo de hoje, através da evolução

científica e tecnológica a que actualmente se existe, com as grandes transformações no domínio da energia, das telecomunicações, das tecnologias e sistemas de informação, da biofísica e, em particular, a globalização da economia. Para isso necessita – se de cidadãos cada vez com mais maiores competências, atitudes e aptidões para se adaptarem às mudanças e enfrentarem o futuro de forma eficaz com competitividade e cada vez maior criatividade, e para isso exige um ensino superior de qualidade inserido em redes universitárias mundiais bem como em outros espaços do saber.

O Ensino Superior é grande determinante da produtividade do trabalho, iniciativa empresarial, crescimento e inserção na economia do conhecimento, factor de mobilidade social, participação política, reforço da sociedade civil e democratização da sociedade, espaço de liberdade, formação de competências para todos os níveis de sistema educativo e produção de líderes para prever e enfrentar os desafios do presente e pensar o futuro, multiplicador de talentos e de escolhas, viveiros de cientistas e profissionais qualificados para criar, absorver e disseminar o conhecimento e a tecnologia.

Como adiante se verá, utiliza-se na construção dessa síntese, como referência metodológica, o sistema SWOT (Strength, Weakness, Opportunity and Threat) Forças, Fraquezas, Oportunidade e Ameaças)

Os pontos fortes do diagnóstico residem nas oportunidades a não perder, assim como no reforço da tradicional capacidade de prevenir e transformar as ameaças. Os pontos fracos são muitos e requerem uma terapia de choque que oriente a educação Superior para uma lógica de rigor, eficiência e qualidade

### **Os pontos fortes:**

As forças relevadas pelo diagnóstico representam as atitudes, dinâmicas e circunstanciais favoráveis á mudança, principalmente qualitativa, da Educação Superior em Cabo Verde:

- Forte apoio político e social, embora á espera de uma maior força catalisadora;
- Boa capacidade de liderança, que deverá reforçar-se através do plano estratégico da educação;
- Regulação do subsistema de Ensino Superior já iniciada;

- - Forte adesão da sociedade às regras e mecanismos da gestão democrática;
- Abertura á cooperação internacional, no qual a emigração poderá ter grande papel;
- A firme vontade política de integrar o projecto de Educação Superior no designo mais amplo da afirmação cultural e desenvolvimento económico de Cabo Verde.

Os pontos fortes espelham a preocupação com aproximar o Ensino Superior ao meio em que se insere, sem perder de vista o contexto internacional e neste, as comunidades cabo-verdianas. A convergência destas duas dinâmicas levará ao reforço urgente da função reguladora do estado e á procura da cooperação técnica, científica, pedagógica e financeira para acelerar o processo de instituição efectiva da universidade de Cabo Verde

### **Os pontos fracos:**

Sob este título, apresenta-se as principais necessidades e carências a ter em consideração na fase de preparação das instituições superiores e dizem respeito a visão, recursos humanos, meios/recursos físicos, recursos organizacionais e quadro institucional:

### **Visão**

- Falta de cultura universitária e de suficiente consenso sobre importância do capital conhecimento;
- Ausência de plano estratégico de desenvolvimento das instituições de ensino superior
- Dificuldade na avaliação e definição de propriedades
- Inexistência de lei e de pratica de auto-avaliação e auditoria externa na e das IES

### **Quadro institucional**

- Escassez dos Recursos (Humanos, orçamentais e logísticos) da Direcção Geral do Ensino Superior e Ciências relativamente ao volume, complexidade e premência das atribuições e tarefas.

### **Recursos Humanos**

- Insuficiência de docentes e quadros técnicos – administrativo imediatamente disponível,
- Exiguidade do corpo docente especializado,
- Escassez de pessoal docente fixo e predominância da figura de colaboradores
- Falta de qualidade pedagógica de grande parte dos docentes,
- Fraco domínio pelos alunos e alguns professores da língua portuguesa falada e escrita,
- Fraco domínio das disciplinas de matemática, filosofia e língua portuguesa,

### **Meios / Recursos Físicos**

- Falta de Bibliotecas devidamente apetrechadas e e actualizada,
- Insuficiência do apoio sócia, por exemplo através de lares de estudantes e refeitórios, em particular para os estudantes pobres e deslocados
- Instalação pouco favorável criação do ambiente universitário de estudo, reflexo e convivência criativa,
- Oportunamente, cada um desses tópicos será objecto de análise pormenorizada

### **Recursos Institucionais**

- Pouca oferta de cursos de curta duração (actualização, capacitação, e especialização)



- Carga horária abaixo dos níveis de máxima eficiência,
- Inadequação do sistema de avaliação e pouco rigor no cumprimento dos calendários académicos e dos conteúdos programáticos,
- Pouco conhecimento das tendências mundiais de reorganização do Ensino Superior

A análise das fraquezas aponta para a necessidade de estratégias consistentes para resolver problemas de carácter organizacional, de pessoal técnico, de pessoal docente, não docente e discente. A formação acelerada e sustentada de pessoal docente e não docente terá importância fundamental.

### **Oportunidades**

As principais oportunidades podem ser sintetizadas em grupos relacionados com a procura da Educação Superior, a economia, e o desenvolvimento, a emigração, a cooperação nacional e internacional, assim como uma apreciável capacidade humana instalada e em crescimento nas instituições do Ensino Superior

### **Procura**

Procura sem precedentes de ingresso na Educação Superior no país como consequência da acelerada expansão do ensino secundário e da redução de oportunidades de estudo no estrangeiro;

- Valorização da Educação Superior como factor de ascensão e reconhecimento social,
- Reconhecimento da Educação Superior enquanto via de realização pessoal e instrumento de desenvolvimento social, cultural e económico do país

### **Economia e desenvolvimento**

- O aparente paradoxo de Cabo Verde ser, um dos países pobres em recursos naturais tradicionais há uma demonstração aceitável do carácter insubstituível do investimento na educação e investigação para o desenvolvimento

- A preparação do pessoal qualificado para o presente e para o futuro é trabalho do fundo que exige reflexão em espaços adequados e visão de longo alcance.

### **Ameaças**

- Incapacidades das famílias em suportar os custos da formação
- - Falta de qualidade e a preparação dos professores
- - Pouca quantidade de professores com grau de Mestre e Doutores
- Desconhecimento do plano curricular dos cursos por parte de muitos estudantes
- Não existe mecanismo de avaliação e de reconhecimento do desenvolvimento para docentes.

## CONCLUSÃO

O Ensino Superior representa apenas uma parte mais ampla e complexa do Ensino no país, que exigirá um estudo aprofundado. Entretanto, justifica-se evidenciar nela uma atenção especial, pelas expectativas e necessidades a que ela deverá responder: sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país, na preservação da identidade e dignidade nacional, bem como na valorização da cultura, inserção de Cabo Verde na Economia Global, na qualificação de quadros.

Este dado dos discursos analisados permitiu-nos confirmar a nossa hipótese que o Ensino Superior em Cabo Verde emergiu sob pressão das necessidades e cresceu com um plano de longo prazo e com uma visão universitária. Contudo, ainda não poderemos concluir se de facto ela permite consolidar e responder todas às necessidades e aspirações que o país exige

Se a dimensão pública da Instituição de Ensino Superior se efectiva pela sua capacidade de representação social, cultural e científica da sociedade, as condições básicas do exercício do poder dessa representatividade está na capacidade das Instituições em assegurar um padrão de qualidade de gestão, avaliação e controle do Ensino Superior. O equilíbrio do relacionamento do Ensino Superior com a sociedade tão requisitado e necessário no mundo globalizado depende, substancialmente da capacidade de política da Educação Superior em compatibilizar as suas directrizes com as necessidades actuais do novo tempo.

O exame crítico da situação das IES, No momento actual do país, exige a adaptação de medidas avaliativas e de uma análise metodológica rigorosa de carácter multidireccional; a multidireccionalidade da produção académica atinge, o direccionamento do currículo, a produção da pesquisa, a racionalidade dos serviços, a formação científica e pedagógica do pessoal docente, a adequação do pessoal administrativo, a qualidade do funcionamento dos laboratórios e das bibliotecas. Enfim, é preciso ainda estimular a informática para aumentar a possibilidade de uma melhor administração dos sistemas complexos que envolvem todo o fazer universitário

Averiguamos que educação superior necessita do estabelecimento de uma política que promova sua renovação e desenvolvimento. Determinação das metas para a educação superior que vise à melhoria da qualidade da educação, em todos os níveis e modalidades. Para melhorar a qualidade dos cursos de formação, especialmente das Licenciaturas, é imprescindível a articulação entre os sistemas de ensino e as instituições de Ensino Superior.

Apesar de termos tratados especificamente desse estudo, podemos concluir com o grau razoável de certeza, que a evolução do Ensino Superior em Cabo Verde é um campo com um grau excelente e uma estruturação legal e pedagógica da formação profissional e a sua articulação com o Sistema do Ensino, com destaque para as empresas e um forte investimento na sua promoção, são condições para o equilíbrio da oferta com ganhos na produtividade e no emprego.

## **Recomendações**

Parece-nos claro uma reforma global e coerente do subsistema do Ensino Superior cabo-verdiano, efectuado de modo construtivo e através de um processo interactivo entre o Governo e as instituições existente. Qualquer dispositivo legal futuro devera encorajar o estabelecimento de órgãos governativos com autoridade e capacidade de planeamento e acção estratégica, deverá encorajar o recrutamento de dirigente na base exclusiva do mérito, visão e capacidade de liderança e deverá, acima de tudo, premiar a qualidade científica e pedagógica, de forma a possibilitar-se a competitividade internacional e a capacidade de, a nível nacional, a universidade contribui para o bem-estar público geral

Formalmente o Ensino Superior subsista a necessidade de lhe dar corpo mediante a instalação efectiva de um conjunto de condições de ordem pedagógica, jurídico – constitucional e pessoal altamente qualificado que o seu funcionamento requer. O planeamento estratégico do Ensino Superior numa lógica de desenvolvimento pressupõe um levantamento aturado e rigoroso das necessidades do país em recursos humanos e o domínio das variáveis de custos e de financiamento que garantam a sustentabilidade das opções.

## BIBLIOGRAFIA

- **Arroteia, Jorge C.**-O Ensino Superior em Portugal-1996,
- Autoavaliação do INIDA.INIDA, 1996;
- Estudos sobre o Ensino Superior em Cabo Verde, Lisboa, Junho, 1993
- Lei de Bases do Sistema Educativo 90
- Lei de Bases do Sistema Educativo 99
- **Lima, Germano**, Uma Visão Genética do Sistema Educativo Cabo-verdiano, Praia, 31 Outubro 2000;
- Plano Estratégico para Educação. **MEVRH**. Praia, Fevereiro de 2003.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005) -Sector da Educação. **MEVRH**.
- Programa do Governo para a VI legislatura (2001 - 2005)
- Programa do Governo para a VII legislatura (2006 - 2011)
- Subsídio para Implementação da Universidade de Cabo Verde, Março de 2002
- Subsídio Para um Programa de Capacitação das Instituições de Educação Superior e Instalação da Uni – CV (PCI 2003-2007)
- **Tolentino, Corsino**. Cabo Verde Não tem Dimensão para Dispensar a sua Universidade Pública;
- **Tolentino, Corsino**. Relatório de Avaliação das Instituições de Ensino Superiores Publicas e Privadas em Cabo Verde;
- Universidade Tradição e Rupturas a transdisciplinaridade no ensino superior em Cabo Verde EccoS Rev, UNINOVE, São Paulo p.95-113;
- **VARELA**, Bartolomeu. **Manual de Direito Educativo**. Praia, Fevereiro. 2005.
- **VARELA**, Bartolomeu. **Manual de Planeamento e Gestão das Instituições Educativas**, Praia, Fevereiro. 2005.
- **Varela, J.M.** – Uma visão da Universidade de Cabo Verde – Breve estudo preliminar - 1998, Edições pequena tiragem
- **Varela, J.M.** entrevista ao jornal A semana (praia), nº345 (3 de Abril): 10-11,1998

**Lista dos principais diplomas relativos ao ensino superior, produzidos em Cabo****Verde:**

- Boletim oficial da República de Cabo Verde de 23 de Dezembro de 2002
- Universidade de Cabo Verde - a Resolução nº 53/200, de 7 de Agosto, e o decreto legislativo nº33/200, de 28 de Agosto, procedem a criação da Universidade de Cabo Verde.
- Decreto-Lei nº31/2004, de 26 de Julho, que define o regime jurídico de instalação da Universidade de Cabo Verde (vide acima).
- Pessoal docente o decreto legislativo nº 1/99, de 15 de Fevereiro, aprova o estatuto do pessoal docente do ensino superior,
- Pessoal investigador regulado pelo decreto – Legislativo nº 2/99, de 15 de Fevereiro;
- Regime de acesso e ingresso no ensino superior – Regulado pelo Decreto – Lei 15/200, de 13 de Março,
- Gestão privada de estabelecimentos públicos de ensino superior – essa matéria é regulada pela Lei nº 97/V/99, de 22 de Março – regula o regime de gestão privada;
- O Decreto-Lei nº 40/96, de 21 de Outubro, aprova os Estatutos do Instituto Superior de Engenharia e Ciências domar (ISECMAR);
- As portarias nºs 32 e 33/2000, de 25 de Setembro, criam no ISECMAR Cursos de Bacharelato em Educação - Vertente artística, ramo artístico e vertente tecnológico, ramos construção civil.
- O Decreto-Lei nº 50/95, de 2 de Outubro, aprova os estatutos do Instituto Superior de Educação (ISE),
- O Decreto-Lei nº 6/96, de 26 de Fevereiro, cria o estágio pedagógico

### Legislação sobre o Ensino Superior

1. **Lei ° 103/III/90 Lei de Base do Sistema Educativo de 29 de Dezembro:** Cria a Lei de Bases do Sistema Educativo. Suplemento ao Boletim Oficial n.º52/90
2. **Lei n.º 113/V/ 99 de 18 de Outubro:** Altera a Lei de Base do Sistema Educativo, no capítulo relativo ao Ensino Superior Boletim Oficial n.º 38/99
3. **Decreto-lei n.º 54 / 95** - Aprova os Estatutos do Instituto Superior de Educação (I.S.E.), Boletim Oficial n.º33/95
4. **Decreto-Lei n.º 40/96 de 21 de Outubro 96** - cria o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar; Boletim Oficial n.º35/96
5. **Decreto-Lei 80/97** aprova os Estatutos do INIDA, em que o Centro de Formação Agrária se constitui como um serviço autónomo da instituição; Suplemento ao Boletim Oficial n.º50/97
6. **Decreto-Lei n.º 28/98 de 27 de Junho** cria o Curso Superior de Gestão Bancária; Boletim Oficial n.º27/98
7. **Resolução n.º 46 / 98 de 28 de Setembro** - criado o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais; Boletim Oficial n.º36/98
8. **Decreto-Lei n.º 52 /98** aprova os Estatutos do I.S.C.E.E, Boletim Oficial n.º Boletim Oficial n.º39/98
9. **Resolução n.º 8 / 98:** Cria uma Comissão Técnica responsável pela área da Educação para estudar, avaliar e propor os cenários técnicos e jurídicos alternativos para o Sistema de Ensino, Boletim Oficial n.º 10/98
10. **Decreto -Legislativo n.º 1/99:** Estabelece o Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior; Boletim Oficial n.º3/99
11. **Decreto -Legislativo n.º 2/99:** Estabelece o Estatuto do Pessoal Investigador. Boletim Oficial n.º3/99
12. **Lei n.º 97/V/99 de 22 de Março:** Estabelece a Gestão Privada de Estabelecimentos Públicos de Ensino Superior; Boletim Oficial n.º8/99
13. **Resolução n.º 53/2000 de 07 de Agosto:** Cria a Universidade de Cabo Verde; Boletim Oficial n.º24/2000
14. **Decreto-Lei n.º15/2000 de 13 de Março:** Estabelece o novo regime de acesso e ingresso no ensino superior; Boletim Oficial n.º7/2000
15. **Decreto-Lei n.º 33/2000 de 28 de Agosto:** Estabelece o regime de instalação da Universidade de Cabo Verde; Boletim Oficial n.º26/2000



16. **Decreto-Lei n.º4/96 de 19 de Fevereiro:** Cria o Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação; Boletim Oficial n.º3/96
17. **Decreto – Lei n.º 6/97 de 3 de Fevereiro:** Regula o regime jurídico do financiamento para a formação pós-secundária no País e no estrangeiro; Boletim Oficial n.º4/97
18. **Decreto – Lei n.º 7/97 de 3 de Fevereiro:** define o regime jurídico das bolsas empréstimo previstas na alínea b) do artigo 2ºdo DL n.º 6/97 de 3 de Fevereiro. Boletim Oficial n.º4/97;
19. **Decreto-lei n.º nº31/2004 de 26 de Julho:** Cria a Comissão Nacional para a Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde. Boletim Oficial n.º22 /2004